

fazendo

AMANHÃ

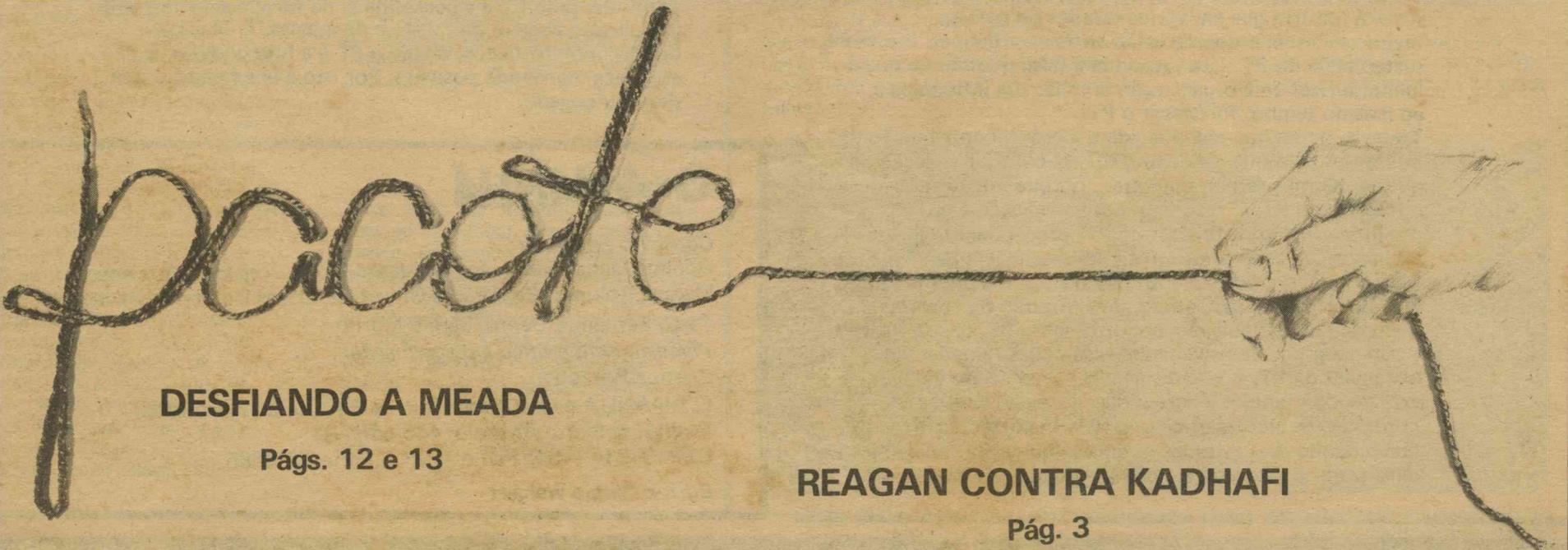
ANO I — N.º 7 — ABRIL DE 1986 — Cz\$ 5,00



Nicarágua

A RESISTÊNCIA COTIDIANA

Págs. 8 e 9



DESFIANDO A MEADA

Págs. 12 e 13

REAGAN CONTRA KADHAFI

Pág. 3

“Caçar bruxas” constrói o PT?

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores divulgou uma nota onde conclama os militantes petistas a lutarem contra a postura do PRC dentro do PT. Um texto assinado por dois petistas, José Dirceu e Vladimir Pomar, o primeiro é secretário-geral do PT-SP, identifica uma anomalia na presença de militantes de organizações de esquerda dentro do PT, e acusa estas organizações de possuírem características de seitas políticas, dogmáticas, doutrinárias e sectárias. E em várias convenções de diretórios do PT sucederam-se denúncias contra os supostos militantes de organizações. Avelino Ganzer, dirigente nacional da CUT, na convenção do PT de Santarém, no Pará, citou nominalmente pessoas que, segundo ele, são ligadas ao PRC, sabidamente uma organização clandestina. Como se pode ver não é pouca coisa. Evidentemente os fatos acima arrolados apresentam distinções na maneira de tratar um assunto da maior gravidade. Mas, sem risco de erro, pode-se dizer que guardam uma lógica comum e estão integrados num mesmo processo. Não são ocasionais e nem estão desligados uns dos outros. Decididamente, trata-se, digamos, de uma temporada de “caça às bruxas”. No caso, os “caçadores” seriam os defensores do “PT puro”. E as “bruxas” seriam os “duas camisas”. Os “tiros” partem de diferentes “armas”, mas visam acertar no mesmo alvo: as correntes organizadas. É bom frisar: as que se reivindicam comunistas. O argumento central utilizado para justificar tal combate é o de que as organizações de esquerda buscam sobretudo construir-se a si próprias, e às custas do PT. Obviamente, uma polêmica como esta interessa a todos os militantes comprometidos com o movimento operário e popular.

O PT é hoje um partido com forte presença no cenário político nacional. A possibilidade de responder aos complexos desafios que esta condição lhe impõe, com a crescente pressão do governo e da burguesia, visando isolá-lo, dependerá da sua capacidade de enfrentar e equacionar com clareza e senso de medida as tensões entre as diferentes posições presentes no seu interior.

Desde a sua fundação, o PT apresenta uma característica que tem marcado sua trajetória: a convivência de concepções políticas e ideológicas distintas, com a participação de militantes de organizações que possuem instâncias e estruturas próprias. Isto não se limita aos militantes de organizações que se reivindicam comunistas. É conhecida no PT a presença de ativistas de outras organizações com outras definições ideológicas, com maior ou menor grau de elaboração programática. Esta característica introduz no PT um forte componente frentista. Entretanto, o PT não é uma frente de organizações. Não só porque há uma enorme gama de ativistas que participam exclusivamente do PT, mas também porque as relações dentro do PT não se dão entre organizações, mas entre filiados do PT. A partir daí, a primeira questão colocada é analisar se esse componente frentista objetivamente colocado tem ou não contribuído para o avanço do PT e, particularmente, da luta popular no país. Não temos dúvida em afirmar que o pluralismo existente no PT tem se revelado positivo. E que a participação de comunistas e de outras correntes têm ajudado as formulações deste partido. Foi assim por ocasião da maré “mudancista” na época da eleição no colégio eleitoral e em todas as grandes disputas políticas havidas no país. E que se repete agora nas propostas diante do pacote. E mais: é notório que em vários estados do país as organizações de esquerda estão entre as principais forças de sustentação do PT. Isto responde à falsa questão de que é incompatível uma organização ampliar sua influência e, ao mesmo tempo, fortalecer o PT.

Todavia, ainda que reconhecida a inegável contribuição de militantes da esquerda organizada, se coloca a objeção de que os mesmos seriam um “mal” porque infringem a disciplina do PT. O resultado desta avaliação é o pré-julgamento dos filiados do PT, supostamente ligados às organizações pelas presumíveis conseqüências desta ligação. Mas, como veremos a seguir, há dois pesos e duas medidas. É público que certos petistas de expressão da corrente denominada Articulação, majoritária no PT, descumpriram e combateram ostensivamente resoluções tomadas em instâncias do PT. E que dirigentes nacionais do PT têm expressado opiniões e defendido proposições que se contradizem com as oficiais do PT. Inexistem críticas condenando suas atitudes. E é justo que assim seja. O PT não deve tratar a grandeza e a complexidade dos problemas

políticos como se fossem meras questões administrativas que podem ser resolvidas no âmbito das medidas disciplinares. O aprofundamento da unidade na intervenção política do PT só poderá ser o resultado da luta e do confronto aberto e franco de idéias. A Igreja Católica divulgou recentemente um longo documento contendo posicionamentos sobre as eleições de 86, vários deles divergentes do PT, e informou o lançamento de candidatos comprometidos com suas teses. Certamente não é desconhecida a forte presença de pessoas estreitamente vinculados às orientações desta Igreja, inclusive de candidatos. Porém, nenhuma nota foi publicada criticando as implicações destas posições para o PT. E, muito menos, houve conclamações para se lutar contra a postura dos militantes católicos. Aqui certamente viria a indagação: a Igreja não é uma instituição religiosa? Sem dúvida. Mas ela não tem emitido opiniões sobre os mais candentes problemas políticos como, por exemplo, a reforma agrária? E não possui instâncias políticas extra-PT de articulação dos seus fiéis? As respostas são evidentes. Os mais atônitos logo diriam que se trataria então de mover uma campanha contra a Igreja Católica pelas decorrências de suas posições no PT. Em absoluto. Consideramos positiva a presença de católicos no PT. Foi correto não ter o PT tomado tal atitude. As posições políticas e ideológicas da Igreja, ou de outras instituições e organizações, devem ser criticadas ou elogiadas pelo conteúdo que expressam, e não por presumíveis conseqüências no âmbito do PT. Outra deveria ser a opinião dos que promovem a “caça às bruxas”. E a omissão, no caso, é reveladora dos dois pesos e das duas medidas. Se é legítima a atuação no PT de pessoas de outras correntes organizadas porque não o é a de militantes da esquerda?

Na verdade, o que há aí, ainda que se procure negar tal fato, é discriminação de sentido anticomunista, sustentada por uma visão excludente e estreita de PT, que fecha os olhos para as contribuições de militantes da esquerda revolucionária ao PT e ao desenvolvimento da luta de classes no Brasil. Com erros, sem dúvida. Que reivindicam críticas sérias, que permitam abrir o debate sobre as distintas concepções de cada uma das organizações, e de todas as correntes e grupos de opinião. Aliás, dentro e fora do PT, urge que os ativistas do movimento operário e popular tomem conhecimento dos caminhos e alternativas propostos. As diferentes posições diante da transição e do processo constituinte, da violência revolucionária e da estratégia da revolução no Brasil, do conteúdo e da forma da democracia operária, do partido de tipo leninista. Tal debate não poderá ser feito de maneira franca e racional, com a permanência de preconceitos e estigmatizações.

A burguesia não tem poupado esforços para impor derrotas ao PT e a todas as forças que se opõem ao seu projeto de consolidar uma democracia dos monopólios. Sua ofensiva política desencadeada a partir do pacote dá apenas uma amostra do que fará para, literalmente, controlar todo o processo constituinte. Neste quadro, a unidade dos setores mais conseqüentes, sem prejuízo do debate sobre as divergências, é vital para os interesses dos trabalhadores. Em sua curta existência O Amanhã tem deixado claro sua condição de jornal revolucionário e seu compromisso de contribuir com a luta por um partido revolucionário-proletário. E reafirma estes compromissos. Mas esta condição não lhe tem impedido, ao contrário, tem exigido, que dê o devido destaque às posições políticas assumidas pelo PT e à necessidade de fortalecê-lo enquanto um partido aberto, pluralista e de massas. A “caça às bruxas” não fortalece, divide o PT e a luta popular. E não esclarece, confunde posições. Por isto é um caminho que deve ser negado.

 **AMANHÃ**

Conselho Editorial:

Adelmo Genro Filho, José Eduardo Utzig, José Genoíno Neto, Marcos Rolim, Otto Alcides Ohlweiler, Ozeas Duarte de Oliveira, Tarso Fernando Genro, Sérgio Murilo.

Planejamento gráfico e diagramação:

Cristina Pozzobon

O AMANHÃ é uma publicação da Editora Outubro Ltda.

End.: Rua Santo Antônio, 446/conj. 91

CEP: 01314 — São Paulo — SP — Fone: 32-4685

Editor: Sergio Weigert

Contra a irresponsabilidade aventureira
Contra a hipocrisia da "responsabilidade"

A surpresa causada com a notícia de um assalto a banco na Bahia com motivações políticas, só não foi maior que o aventureirismo dos autores da ação. Cinco homens armados, originários de diversos estados, resolveram fazer um assalto para, segundo eles, enviar dinheiro à Nicarágua. Ao serem presos confessam não só o objetivo da fracassada "operação política", como também o lugar em que haviam se hospedado. Revelam ainda serem filiados ao PT e afirmam terem definido o assalto em encontro deste partido. É tamanha a demência desta versão que induz, pelo menos, a pensar se, na verdade, não se trata de uma provocação, visando atingir de uma só vez o PT, as forças de esquerda, o movimento popular e a Nicarágua.

Em qualquer hipótese, o ato merece o mais veemente repúdio. E os seus autores não podem ser tratados de outra forma, caso não sejam simplesmente provocadores, senão como aventureiros e irresponsáveis. Prestaram um grande desserviço à luta dos trabalhadores brasileiros e ao povo da Nicarágua. A distância de tal conduta para a de um revolucionário é, no mínimo, a mesma que separa o sol da terra. E a luta pela construção de uma esquerda séria e revolucionária no Brasil não se confunde com a aventura e a irresponsabilidade.

Mas a condenação dura e integral do episódio não pode deixar também de denunciar a especulação hipócrita, e descarada que foi feita pela burguesia. Os jornais da grande imprensa, tendo na linha de frente o Jornal da Tarde e O Estado de São Paulo, — numa exemplar demonstração da sua "imparcialidade"— não pouparam esforços na produção do mais vulgar sensacionalismo e na tentativa de vincular o PT com a aventura, apoiados no fato de que alguns membros do grupo que realizou o assalto serem filiados a este partido. O Jornal da Tarde

chegava a publicar uma matéria sobre as relações de solidariedade do PT com a Nicarágua: as intenções eram tão óbvias quanto escusas. Buscava-se por todas as formas de acusação grosseira a insidiosa insinuação, responsabilizar e envolver o PT. Como se o partido, que possui centenas de filiados, tivesse o dom de controlar e fosse o responsável pelas atitudes individuais de todos eles. Observem a diferença: é defendida com unhas e dentes. A versão de que as forças armadas, instituição nada tiveram a ver com a tortura e o terror de Estado ocorrido no Brasil no passado recente. Tudo aquilo teria sido obra de grupos mais ou menos isolados. Contudo, uma ação inseqüente, basta para colocar sob suspeita um partido político com milhares de filiados. Além de não haver o menor indício a sustentar a hipótese.

Todavia, a especulação vai ainda mais longe. E reúne uma fauna variada. O Serviço Nacional de Informações e outros órgãos de espionagem e repressão voltam a assanhar-se; e já dão indicativos de que pretendem retomar ostensivamente a vasculhação política. Politiqueiros de todas as cores e homens de "alto nível" arvoraram-se em defensores intransigentes da "democracia", enquanto não esqueciam de ir realizando seus pactos com corruptos e ladrões dos cofres públicos. Temerosos filisteus apressaram-se em condenar o uso da violência em qualquer circunstância e aproveitaram para execrar os "grupos radicais". Esta estranha sinfonia passou a executar acordes tais, aliás, já gastos pelo uso, para tirar proveito político do fato. Buscavam disseminar confusão e preconceitos. Assim, identificavam uma ação politicamente irresponsável e isolada com a violência revolucionária de massas. Ao mesmo tempo, aproveitavam para denegrir a memória

dos que deram suas vidas na luta pela libertação do povo brasileiro; pela transformação da estrutura de exploração e opressão da sociedade.

A luta armada no Brasil, no final dos anos 60 e início dos 70, foi, sem dúvida, marcada por erros graves e concepções políticas equivocadas. Mas não se assemelha com este fato: resultado do egocentrismo individualista e não de um apaixonado impulso de ligar o seu destino particular aos destinos coletivos de todo um povo.

Os fatos de 70 ocorreram numa conjuntura absolutamente diversa da atual. Diante da repressão aberta da ditadura militar sobre as massas, foi uma resposta heróica, uma luta de resistência. Carlos Marighela, foi um lutador, um incansável perseguidor da liberdade. E é o próprio reconhecimento do heroísmo, inscrito indelevelmente com o sangue dos homens na história das lutas dos homens que exige que façamos uma crítica radical dos erros do passado.

A necessidade incontrolável de uma ação revolucionária para libertar os trabalhadores da exploração e da opressão, não será obra de um pequeno grupo. E esta necessidade que emana da própria trajetória humana em busca do que é melhor para os seus e para si, não significa que as massas espoliadas possuam "gosto" pela violência. São os exploradores, os de "cima", os que querem manter seus privilégios, que desencadeiam a violência. Centenas de camponeses foram mortos nos últimos tempos pelos fuzis assassinos dos latifundiários e seus jagunços. E os que condenam a violência, em geral de uma forma abstrata e, supostamente humana, o que têm a dizer sobre isto? Os camponeses devem aceitar as balas a alojar-se, mortíferas e cotidianas, nos seus corações emudecidos? "A arma da crítica não substitui a crítica das armas", disse um pensador do século passado. Esta opinião continua plenamente atual. Mas esta crítica das armas, só poderá ser obra de milhões.

Ao final, queremos apenas assinalar nosso apoio à atitude da Comissão Política do PT de expulsar dos seus quadros de filiados os envolvidos no assalto. Consideramos igualmente justo o repúdio de qualquer tentativa de exploração política do episódio. Assim como também merece apoio sua posição de condenar a ocorrência de tal fato a fim de que não possa servir de justificativa para o retorno do terrorismo de Estado.

Reagan:

O cowboy enlouqueceu?

Miguel de Alcântara

Há quem queira explicar os bombardeios norte-americanos na Líbia como se fossem algo absolutamente sem nexos, destituído de qualquer lógica, resultado de alguns parafusos a menos que o presidente dos EUA tenha na cabeça.

Neste sentido, assistimos, pois, a tudo aquilo como se fosse uma "coisa de loucos". A difundida caricatura de Kadhafi como um demente religioso encontraria agora correspondência em uma outra: a de Reagan, como um "ensandecido cowboy". A partir deste raciocínio a solução do conflito, para alguns, seria conseguida pela rápida ampliação dos hospitais psiquiátricos. Outros, que encaram politicamente o problema, terminam por condenar a violência "em geral".

Contudo, não há nenhuma insanidade nos atos de Reagan. Por detrás da sua aparente "desconexão", esconde-se uma bem articulada lógica a perseguir objetivos precisos.

Objetivos, aliás, que foram revelados com uma simplória e, por isto mesmo, assustadora franqueza por um alto funcionário da Casa Branca. Referindo-se às manifestações de protesto da Liga Árabe ao Movimento Não-Alinhado, que reúne 101 países, afirmou: "Este pessoal é tão obsoleto quanto suas frases são vazias. Estamos numa ofensiva que vai empurrá-los para os livros de história".

Eis aí onde pretende chegar Reagan. E, para isto, inventa os mais disparatos motivos dando-se ao luxo de não levar em consideração a opinião pública mundial. Apenas Margareth Thatcher e Israel apoiaram incondicionalmente o ataque. Vários outros gover-

nos, embora sem condenar expressamente as ações dos EUA, deixaram clara sua desaprovção. A França e a Espanha, por exemplo, negaram permissão para a travessia dos bombardeiros norte-americanos no seu espaço aéreo.

Contudo, nada disto parece incomodar Mr. Reagan. Basta-lhe o apoio de Thatcher, que, aliás, não por acaso, já declarou que não consegue imaginar um mundo sem armas nucleares.

Além disto, Reagan, não apenas utilizou os mais duvidosos motivos para justificar o bombardeio, como prescindiu, completamente, da forma tradicional com que o intervencionismo norte-americano vinha se recobrando: "a defesa da liberdade e da democracia e o 'humanitário apoio', que não podia ser negado, diante dos apelos das populações que não desejavam viver subjogadas pela opressão comunista". Durante anos foi este o ideário norte-americano. Além do que, seu exército sempre era apresentado como uma força de apoio aos defensores das causas nobres, jamais como uma tropa invasora. Foi assim no Vietname. E é assim até mesmo agora na Nicarágua. Ele esforça-se por "transformar" uma horda de mercenários alienados, os "contra", em "combatentes da liberdade".

No caso da Líbia, Reagan prescindiu de tudo isto. Ocorre que os interesses estratégico-expansionistas que ele representa não podem perder tempo a buscar uma "ideologia" que tente legitimá-los a cada momento. Se houver este véu, e aí pouco importa o quanto esfarrapado seja, tanto melhor. Caso contrário, os impacientes interesses do "imperiário" sobrepõem-se.



E, se não há como construir uma "ideologia", (a da defesa da liberdade ou coisa que o valha), inventemos pretextos de combate ao terrorismo. E, se isto, tampouco, for possível, criemos desculpas. E, se assim, nada houver a dizer para justificar o uso das armas, deixemos que as armas justifiquem seu uso por si mesmas. O sinistro som dos bombardeios e o rugir das metralhadoras constituir-se-ão, então, em "ideologia".

Desta forma, paralelamente à afirmação dos interesses econômico-estratégicos,

vai se moldando uma espécie de "nova moral", na qual não só as atitudes político-militares dos EUA estejam acima de qualquer julgamento como dispensem quaisquer justificativas, na qual intervenções, bombardeios, massacres, invasões, ameaças e morticínios realizados pelos EUA ou seus aliados (lembramos dos acampamentos palestinos de Sabra e Chatilla), sejam vistos como algo natural e corriqueiro.

O projeto "guerra nas estrelas", deixará, então, de ser um pesadelo para transformar-se em um sonho. Reagan poderá dormir tranqüilo. Ele terá vencido. E esta é uma possibilidade. Afinal, a história não tem um benigno fatalismo a impulsioná-la. É resultado do que desejam ou fazem os homens.

Reagan, portanto, pode ganhar. E, neste caso, não é apenas a questão da Líbia que está em jogo. O passo seguinte será a Nicarágua: Daniel Ortega já advertiu para isto.

Além disto, por certo, ouviremos mais notícias como esta: "Em Los Angeles, um homem pendurou uma foto de Kadhafi na parede de sua sala e descarregou, várias vezes, febrilmente, sua arma no retrato". Eis aí a síntese mais radical do projeto belicista que Reagan e os interesses ele defende propõem ao gênero humano: a irracionalidade, fruto amadurecido da mais brutal alienação. E que pode realizar-se como tragédia para toda a humanidade, até porque, no cotidiano dos homens comuns, já está a repetir-se como patética reedição da farsa.

Se é verdade que a tragédia e a farsa são dimensões da história, não é menos verdadeiro que a construção da felicidade e da grandeza para o conjunto das relações sociais e para o cotidiano do indivíduo são, também, possibilidades colocadas.



O PT quer ser governo: e já tem propostas

Maurício Faria Pinto

Este texto aborda a questão do PT e dos governos estaduais. Partindo de algumas análises teóricas também avança propostas práticas. Questiona, redefine, avalia, propõe, polemiza: por isto contribui.

Com os resultados eleitorais de novembro do ano passado, o PT tornou-se um partido nacionalmente forte. Com isto, além de apresentar agora possibilidades de vitória em São Paulo, ele aparece como concorrente em Goiás e no Ceará, e pode crescer muito em outros estados.

Em função deste crescimento, as questões do programa de governo e da estratégia eleitoral adquirem uma nova importância. E o próprio fato de existir alguma chance de vitória no mais importante estado e principal centro da luta de classes faz com que a questão da candidatura a governador assuma uma potencialidade política extraordinária. Um governo do PT em São Paulo certamente influenciaria todo o processo político em um sentido ou outro, dependendo dos caminhos e resultados desta administração.

Governo não é poder de Estado

A ilusão de que a conquista eleitoral de governos já seria o começo da tomada do poder estatal custou às forças populares um preço muito caro. Lembremos apenas o Brasil de 1963/64 e o Chile de Allende. Nestas duas ocasiões, a tese marxista de que as Forças Armadas constituem o pilar fundamental do Estado burguês, e este é antes de tudo um aparato de repressão, foi duramente comprovada na prática. Quando um governo passa a ser visto como uma ameaça pelo Estado, este faz vir à tona seu componente central, de força organizada, e se superpõe ao governo, destituindo-o.

Também não se confirma, na experiência das diversas sociedades, a idéia muito em voga de que o Estado burguês se constituiria de um somatório de parcelas de poder que são disputadas separadamente em eleições, tanto para os governos como para os parlamentos e de que a ocupação progressiva destes espaços de poder, por dentro do próprio Estado, terminaria por inverter a sua correlação de forças interna em favor dos trabalhadores não sendo necessária a destruição revolucionária desse mesmo Estado. O tal Estado burguês, que alguns pensam ser uma invenção teórica de comunista, surge como algo muito real na relação com os governos estaduais, pois é constituído de todo um complexo econômico-administrativo, político, jurídico, institucional e policial-militar, que transcende em muito a administração estadual. A própria Constituição estabelece que as Polícias Militares são reserva de Exército na manutenção da "ordem pública". E, a partir daí, prevê desde outras leis colocadas na Constituição, até todo um aparato jurídico-normativo e dispositivos econômico-financeiros que cerceiam a autonomia dos estados. Uma Administração Popular se deparará, a cada passo, com as leis, os tribunais, os políticos, os

partidos e os meios de comunicação a serviço da burguesia. Será, necessariamente, uma Administração de confronto, se quiser permanecer fiel aos seus princípios, portanto, em atrito permanente com os interesses e as forças da burguesia. Enfrentará, inclusive, a ameaça permanente do impeachment.

Dentro destes limites, tal Administração terá condições de encaminhar reformas que atendam necessidades prementes da população trabalhadora e que favoreçam a ampliação da margem de liberdade e de participação política para os "de baixo". Mesmo estas reformas, porém, envolverão mobilização e luta, e não apenas uma atividade administrativa competente. Aliás, a luta pela Revolução não exclui a luta por reformas. Estas devem ser um subproduto do combate pelo socialismo.

Programa administrativo ou político-administrativo

A parte administrativa de um programa de governo envolve, ela própria, uma política. Torna-se preciso definir eixos centrais de uma plataforma administrativa, selecionados desde uma análise do orçamento básico até o potencial de acúmulo político de tais programas. Estes devem dar a antevisão de que virão a se constituir em realizações visíveis e melhorias palpáveis.

A campanha eleitoral necessitará sintetizar e massificar amplamente estes eixos principais da plataforma político-administrativa, associada com a posição política geral.

Segurança pública: a violência estatal no dia-a-dia

Nas campanhas eleitorais, tal como ocorreu em 85, a questão da violência urbana, criminalidade e Segurança Pública tende a ser um tema central. Até porque os candidatos mais conservadores fazem questão de explorá-lo especulando com valores e posições atrasados existentes na própria massa popular. Esta preferência da direita pelo assunto não é gratuita, nem meramente eleitoral. Ao fazer a apologia da violência do Estado, ela visa valorizar e legitimar aos olhos da população o elemento repressor essencial deste mesmo Estado, e, ao mesmo tempo, reforçar as concepções retrógradas sobre "lei e ordem", "governo forte", etc., mantendo ocultas as verdadeiras causas sociais da criminalidade.

Neste particular, não há como conciliar com posições reacionárias, mesmo quando tais posições têm penetração popular. É dever de uma candidatura progressista a governador denunciar as origens sociais da marginalidade. E assumir, sem vacilação, toda luta que envolve esta questão, desde o combate, chegando até a denúncia das arbitrariedades da polícia, do crime organizado.

Todavia, o problema central relativo à Segurança Pública é a postura diante do movimento de massas. Um candidato avançado, uma vez eleito, jamais deverá permitir a utilização de força policial contra greves, ocupações e movimentos, mesmo que a mobilização seja declarada ilegal pelo Judiciário. É talvez esta a principal implicação política da vitória de um candidato à esquerda. Certamente preocupa mais à burguesia do que dos prejuízos econômicos que ela possa ter com a perda de concorrências, contratos, vantagens, corrupções e negociatas. A recusa da Administração em cumprir atribuições regressivas que lhe são previstas em lei significará o surgimento de um impasse político, cujo desdobramento e desfecho dependerá, fundamentalmente, da mobilização popular. Nesta questão de princípio é inadmissível qualquer ambigüidade. Não basta dizer que a PM respeitará todo o movimento pacífico e que não empregará a violência. A caracterização do que é pacífico ou não é subjetiva e política.

Facilitar a "desobediência civil" na Administração

Um governo estadual que se propõe a estar ao lado dos trabalhadores deverá ter em relação a determinadas questões que são objeto de restrições legais a orientação de criar situações de efeitos práticos desta legislação, desmoralizá-la e criar condições para a sua alteração.

Nesta perspectiva, por exemplo, tal Administração determinará à rede hospitalar estadual que seja dado um encaminhamento flexível aos casos de solicitação de atendimento, especialmente para as mulheres de baixa renda.

Da mesma forma, reconhecerá, na prática, o direito irrestrito de sindicalização e de greve para o funcionário público. Estabelecerá como praxe nas Universidades e escolas estaduais a eleição direta do Reitor e do Diretor e determinará que as secretarias estaduais não se envolvam no encaminhamento de medidas de censura.

Conselhos Populares: o que são, como surgem?

Nas eleições de 85, difundiu-se amplamente a proposta dos Conselhos Populares que aparecia ligada aos programas municipais de governo. Os Conselhos teriam a atribuição de participar, fiscalizar e controlar os diversos aspectos da gestão municipal. Embora tidos como autônomos em relação à estrutura político-administrativa do Município, esta autonomia não ficava clara quando se delineava seu papel prático.



Em Fortaleza e Diadema, duas cidades com prefeitos do PT, a implantação e o funcionamento dos Conselhos enfrentam dificuldades. Este problema vai se revelando mais complexo do que à primeira vista.

Na principal experiência histórica em que estiveram presentes, os Conselhos (Soviets, em russo) foram organismos de ação política direta e surgidos em momentos de grandes enfrentamentos das massas com o Estado, como criação das multidões em luta, e adquiriram a dupla condição de órgãos de luta pelo poder e embriões do futuro poder revolucionário. Não decorreram de um simples ato de vontade de um partido. Sua aparição expressava e requeria um cúmulo político e um certo nível de confronto do movimento. E eram instâncias eminentemente políticas, extra-institucionais e de combate, e não meros fóruns de consulta sobre questões técnico-administrativas relacionadas à existência de um governo municipal ou estadual progressista. Não há nenhuma relação direta, na experiência histórica, entre a criação de Conselhos e a conquista eleitoral de administrações à esquerda, no interior do capitalismo.

Isto indica que a questão dos Conselhos precisa ser amadurecida em sua relação com as leis da revolução brasileira e com as características da luta de classes nas sociedades burguesas modernas. Todavia, não parece precipitado adiantar que eles não devem fazer parte de um programa de governo estadual, pois este, no máximo

pode facilitar sua organização. Até porque não compete a tal governo decretar a criação de formas organizativas do movimento, nem pretender implantá-las administrativamente. Cabe, isto sim, incluir nos programas de governo a participação e a sustentação popular na luta pela aplicação da sua plataforma, a interação e a crítica em relação à administração, tudo isto podendo se dar em instâncias populares convocadas conforme as necessidades da dinâmica política e por iniciativa do próprio movimento.

Candidatos: porta-vozes de uma proposta geral

A disputa eleitoral de 85 revelou que a marca de uma candidatura, aquilo que determina o seu poder de

polarização eleitoral, é dado por idéias gerais que captam aspirações, sentimentos e inquietações da população e as traduzem ao nível quase de um apelo psicológico, mas que possui raízes sociais, políticas e culturais perfeitamente identificáveis. No caso de Fortaleza, parece ter sido a idéia do novo, da renovação (incluindo a renovação dos costumes, com destaque para a condição da mulher e do jovem), relacionado com o enfrentamento ao coronelismo do Ceará e à Nova República. As multidões não votam compreendendo a racionalidade integral e detalhada de um programa, e sim em uma síntese político-eleitoral e psicológica do mesmo. Isto se constrói na esfera dos valores políticos e sociais de caráter geral, e não apenas de caráter administrativo.

Isto se torna mais decisivo nestas eleições, nas

quais a disputa central se dá em torno do processo constituinte, que, pela sua natureza, contrapõe projetos globais para a sociedade, abarcando um conjunto diversificado e abrangente de relações sociais-políticas, econômicas, culturais, jurídicas, morais, etc.

Um candidato a governador deve se colocar como porta-voz de uma proposta política. Uma vez eleito, agirá como um líder de oposição ao governo federal, ao regime e à transição burguesa. Uma campanha politizada, à esquerda, que aposte na controvérsia, que ouse enfrentar com posições progressistas os temas mais difíceis e os preconceitos, que busque polarizar uma faixa esquerda do eleitorado é algo que permite, perfeitamente, combinar o acúmulo político-organizativo para uma alternativa à transição e um bom desempenho eleitoral.

Notas

Sindicalista processado pela LSN é absolvido

“O sr. Figueiredo está nos roubando descaradamente e não tem vergonha de ir à TV e dizer que a lei salarial (Decreto-Lei 2012/83) é para dar segurança ao povo brasileiro”. Por ter feito esta afirmação, no dia 30 de março deste ano, o metalúrgico Vicente Paulo da Silva, dirigente d CUT, foi processado com base na Lei de Segurança Nacional.

Dia Nacional de Luta contra as demissões dos bancários

O encontro nacional de dirigentes sindicais, convocado pela Confederação Nacional de Empresas de Crédito, reuniu, no último dia 12, em Brasília, mais de 20 entidades entre federações e sindicatos.

Na pauta, as demissões no setor bancário que, a partir da edição do pacote chegam já a 16 mil bancários no país inteiro. Doze mil, apenas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Entre os bancos, quem lidera as demissões é o Real.

Os bancários resolveram estabelecer um calendário de lutas visando a preparação de uma Greve Geral com a data ainda não acertada. Neste sentido, definiram o dia 24 de abril, como Dia Nacional de Luta, a ser marcado por passeatas e atos de

protesto. Convocaram para o dia 26 de abril, em São Paulo, um encontro nacional, aberto à toda a categoria, e a realização do 1º de Maio unificado com outras categorias. Além disto, decidiram também deflagrar um processo denominado “greve-pipoca”: paralisações realizadas nos bancos responsáveis pelo maior número de demissões.

Na última semana, o Supremo Tribunal Federal concedeu habeas corpus ao sindicalista, declarando nula a sentença da Justiça Militar, por considerar que o processo foi aberto sob a acusação de difamação e não de injúria, o que seria legalmente correto e que não mais está previsto na LSN.

As propostas foram aprovadas pelas entidades basicamente ligadas à CUT. Aquelas ligadas à CGT propuseram a decretação imediata de uma greve geral já a partir do dia 13. Tanto “radicalismo” se explica: a tentativa era desmoralizar o movimento, sabidamente despreparado para uma iniciativa desta envergadura, evitando percalços à implementação do pacote que a CGT apóia.

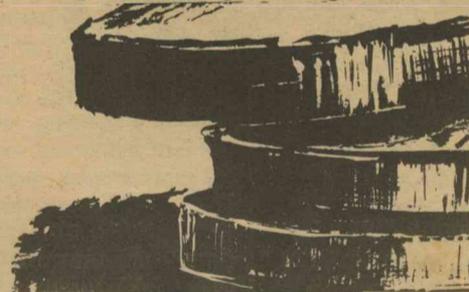
A segunda versão do pacote: mais arrocho

A segunda versão do pacote, o Decreto-Lei 2284, estabeleceu que “o reajuste salarial na data-base será obrigatório até 60% da variação acumulada do IPC, assegurada a negociação dos restantes 40%”. Isto foi saudado por inúmeros analistas como um benefício para os assalariados. Segundo esta versão, teria havido uma disputa entre os ministros Funaro e Sayad, de um lado, e Pazzianotto de outro. Os primeiros teriam insistido no reajuste automático zero e o primeiro defendido o reajuste integral na data-base. O resultado teria sido a decisão de Sarney, estabelecendo a metade mais 10%, totalizando 60% em favor dos trabalhadores. Mais uma vez, Sarney estaria manifestando sua opção pelo social. O DIEESE, em estudo realizado, nos fornece informações valiosas sobre quem perde o quê com a nova versão do decreto.

Ao analisar a nova escala móvel, o DIEESE constata que na data-base, depois de acertadas as bases do reajuste (que só tem garantido 60% do IPC, podendo ou não chegar a 100% do IPC acumulado mediante negociação entre as partes), arma-se o “gatilho” da escala móvel. Ele só será acionado se, no intervalo entre duas data-bases de uma categoria, a inflação atingir 20%, contados a partir da data-base anterior. Este reajuste da escala móvel será considerado antecipação de reajuste automático da data-base seguinte quando estarão assegurados somente 60% do IPC acumulado no período de um ano. Vejamos o que acontece para uma categoria com data-base em 1º de dezembro.

Suponhamos que ela tenha obtido apenas 60% do IPC por ocasião do reajuste. Neste caso, a escala móvel será acionada quando a inflação acumulada a partir de 1º de dezembro de 86 atingir 20%. Este percentual incidirá (a título de antecipação do reajuste automático de 1º de dezembro de 87) sobre salário que não obteve, em 1º de dezembro de 86, correção integral pela variação do IPC entre 01/03/86 e 30/11/86. O resultado óbvio é um arrocho salarial comprometendo a manutenção do salário real médio dos 6 meses anteriores a março de 86. Que, diga-se de passagem já representava um arrocho.

Por outro lado, se a inflação nunca atingir os 20% no intervalo entre duas data-bases (o que seria um sucesso espetacular do plano), a escala móvel nunca seria acionada. Como os reajustes automáticos só estão assegurados no nível de 60% do IPC acumulado desde a última data-base, fica aberta a possibilidade de um arrocho salarial cumulativo. Em outras palavras, em cada data-base as categorias perderiam para sempre o percentual que não conseguiram negociar.



Nas livrarias, a “Evolução sócio-econômica do Brasil”, de Ohlweiler

Já se encontra no mercado editorial brasileiro o novo livro do professor Otto Alcides Ohlweiler, “Evolução Sócio-Econômica do Brasil — do Desenvolvimento à Nova República”.

Nesta obra, de 212 páginas (Cz\$ 85,00), lançada pela editora Tchê!, de Porto Alegre, Ohlweiler aborda o processo de desenvolvimento do país sob a ótica do materialismo histórico. Com base em critérios econômicos e políticos, ele divide seu trabalho em seis capítulos: 1 — da descoberta à Declaração da Independência: 1500 a 1822; 2 — da Independência à abolição da escravatura: 1822 a 1888; 3 — da abolição ao Movimento de 1930; 4 — do Movimento de 1930 à crise de 1954: a era de Vargas; 5 — Imperialismo, internacionalização do capital e crise mundial; e, 6 — da administração JK à Nova República.

A propósito, o autor “antevê o desdobramento da Nova República como uma tentativa das classes dominantes no sentido de uma transição conservadora, orientada para uma democracia dos

monopólios e o reforçamento do caráter dependente e associado da economia brasileira nos marcos da internacionalização do capital e da mundialização da economia”. Ohlweiler considera, neste contexto, a idéia de um desenvolvimento capitalista independente como a — histórica e, portanto, reacionária. Para ele, a alternativa histórica é a democracia operário-popular apontando para um futuro socialista.

Ohlweiler, ex-professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, se notabilizou por suas obras e investigações no campo da Química, e, filosoficamente integra um grupo de pensadores brasileiros empenhados em resgatar o caráter original, antidogmático, crítico e criador do marxismo.

Em breve, ele estará lançando outro livro, “O Capitalismo Contemporâneo”, em que trata da mundialização do capital e da intervenção do Estado na economia. Esta obra será colocada ao público pela editora gaúcha Mercado Aberto.



Ninguém nasce eterna. Torna-se terna Simone de Beauvoir (1908-1986)

À esquerda do Sena, os cafés. Encostada ao mármore de suas muitas mesas durante muitos anos ficava a mulher sem sono. De turbante azul, iluminando, colhendo, escutando e contando da esperança. O ser ‘castrado’ arranha o espelho das casas. Chega até a família que dentro delas vive e de lá tira a mulher. Para dissecá-la, revolvê-la, saber de suas dores e suores, da sutilidade que faz dessa habitante um ser amorfo, sem emoção, sem perigos trespassados, sem vontade de se divertir. Durante toda uma vida ela amou esta habitante.

Deu à ela as chaves e os instrumentos para que se libertasse através de uma revolução maior. Disse: a sociedade está te devorando desde sempre. Decifra-te.

Cai no mundo. Sê humana e transparente.

Simone do Boulevard. Dos panfletos espalhando-se pelas Tulherias. Da limpeza de sentimentos. Do abrir da alma. Voltaremos à ela, pois que apesar de imóvel, Simone nos visitará por muito tempo ainda. Capaz de dividir os milênios novamente: antes e depois. Ser o cristal que nos dilacera e, ao nos dilacerar, nos reconstrói dentro da perspectiva da felicidade individual e coletiva. Simone, olhar em curva: ninguém nasce eterna. Torna-se terna.

Os homens e as mulheres ficaram órfãos de Simone. Contudo, é relativa a orfandade, porque quem torna-se terna guarda a possibilidade de tornar-se eterna.

UNE: por que mudar este quadro negro

Enquanto o movimento operário e popular ainda luta para desatar os nós do pacote econômico, a UNE realiza seu Congresso sob a pressão do governo Sarney para manter a entidade máxima dos estudantes amordaçada nas mãos da Viração.

A situação atual da UNE e do ME pode ser resumida em uma única palavra, aliás, nada gloriosa: apatia.

Após sua reconstrução, em 79, a UNE foi desde logo hegemônica pela corrente Viração. Ao longo destes anos, ela não apenas conseguiu se manter na diretoria, como foi consolidando uma política que, exatamente por retrancar e puxar para trás as propostas de luta do movimento, além de encaminhá-las, na maioria das vezes, por soluções conciliadoras, terminou por levar o ME a um radical esvaziamento.

Com o advento da Nova República, a UNE entrou de armas e bagagens na viagem da conciliação, ajudando a remar com empenho e faceirice, a canoa de Tancredo Neves, pulando, em seguida, para a de Sarney. E a UNE, que defendia os interesses dos estudantes, que desafiava as políticas governamentais, que combatia a elitização e privatização do ensino, enfim que não se michava diante do governo, hoje, agarrada à barra da saia da Nova República, cumpre com admirável zelo a sua nova missão: servir de amortecedor (delicado sinônimo de pelego) entre as reivindicações estudantis e os interesses governamentais.

E quem ainda tem dúvidas de que a situação é esta, basta refrescar rapidamente a memória: no ano passado, quando se discutiu a Reforma Universitária, Marco Maciel, então Ministro da Educação, recebeu uma longa ovação, capitaneada, com todo o entusiasmo, pelos correligionários da Viração. Este estridente servilismo, além de bajulação pura e simples, também tem outro objetivo: o de passar a idéia de que as propostas do governo, possuem "congenitamente", talvez pelo fato de serem paridas nos gabinetes de Brasília, uma espécie de dom, capaz de resolver os agudos e complexos problemas dos estudantes, sem que necessitem, é claro, "cansar-se" em mobilizações reivindicatórias.

O que está por trás disto é um projeto que busca, em síntese, destruir a independência política do ME, liquidar a ânsia transformadora que a juventude possui, e que o movimento estudantil pode expressar de forma mais direta, com um sentido político maior. Isto se exemplifica, no âmbito estudantil, por exemplo, pelo apoio à política do MEC. E, no plano político propriamente dito, pelo recente apoio ao pacote.

Não é preciso ir mais longe para perceber que o movimento estudantil precisa superar tudo isto. Aliás, é necessário abrir bem os olhos para o problema central que estará em disputa neste Congresso que, muito longe de ser igual aos outros onde se disputava a hegemonia sobre a entidade, definirá, além disso, os rumos do movimento estudantil daqui para a frente. O que deve balizar este Congresso é: ou a UNE, perseguindo a lógica atual, transforma-se definitivamente numa linha auxiliar do MEC, organizando-se, até de maneira mais confortável, co-

mo uma verdadeira instância do ministério, ou, então, assume prá valer o seu caráter independente e de representação dos estudantes. E as "correntes" que se opõem politicamente à atual diretoria da UNE e que buscam saídas para os impasses que vive o ME, têm uma cota de responsabilidade maior em tudo isto: e este fato não pode ser esquecido, nem subestimado.

Pois, mesmo que tais correntes difiram na análise das causas e reivindiquem soluções diversas, não podem perder de vista que partem de uma identidade mínima: a necessidade de arrancar o ME da pasmação em que se encontra e da passividade quase bovina com que ele vai sendo atrelado ao carro da Nova República. Obviamente, isto não implica em que não se trave o debate entre estas correntes. Ao contrário, coloca-o como uma exigência fundamental.

Nesses debates, por exemplo, para os companheiros articulados em torno do jornal Em Tempo e Convergência Socialista, a eleição proporcional para a diretoria da UNE é considerada como uma iniciativa importante.

Segundo este raciocínio, o "aparelhismo", imposto pela atual direção, seria rompido pelo critério da proporcionalidade, na medida mesmo, em que as várias posições políticas teriam presença garantida na diretoria da entidade. Esta concepção tende a enfatizar os problemas do ME, não a partir da relação do conjunto do movimento com sua entidade, e sim desde o ângulo das relações estabelecidas entre as correntes políticas que o compõem. Neste sentido é que se explica sua proposta: admitido o critério da proporcionalidade, passaria a existir um parâmetro melhor para regular estas relações "internas", constituindo-se, portanto, em um antídoto às seduções do aparelhismo. O risco desta postura, originário de seu pressuposto, é exatamente fazer retornar, por outro caminho, o inimigo que quer expulsar: ao invés do "aparelhismo" de uma posição, a rei-

nar única, exercendo solitariamente seu despotismo, não poderia ocorrer, por exemplo, uma espécie de "gremialismo", onde, ao invés do despotismo, absoluto teríamos um "despotismo esclarecido"? No exato sentido em que o critério da proporcionalidade garantiria a democracia nas relações entre as forças que compõem a entidade, cabe perguntar: Mas quem garantiria a democracia nas relações da entidade com o todo do movimento? Esta pergunta, é claro, permanece sem resposta.

A articulação "Proibido Estacionar", por seu turno, também percebe corretamente o "aparelhismo" da UNE realizado pela Viração. No entanto, tende a conceber o aparelhismo, imposto por uma corrente política à entidade, como um "mal insanável", que já a teria contaminado irremediavelmente. Neste sentido, termina por identificar o problema político e específico criado na UNE, como uma espécie de malignidade genérica e abstrata, que seria, de certa forma, inerente aos "aparelhos". Isto por desconsiderar as determinações concretas.

É por esta razão, que "Proibido Estacionar" apresenta como alternativa afastar-se da UNE e propõe a criação de uma outra instância, antes mesmo de travar efetivamente a luta política. Esta posição, na situação atual do movimento estudantil, independentemente das intenções dos seus propositores, joga lenha na fogueira do divisionismo. E, assim como a "unidade do movimento" não pode ser entendida como uma abstração que reina, intocável princípio, sobre tudo e sobre todos, tampouco a questão de cindí-lo, criando outras instâncias de representação, pode ser encarada como um "pecado", também de princípios.

Todo o problema é basicamente político. Nem a questão da unidade, nem a da ruptura, repetimos, são problemas de princípio. Embora, em princípio, deva-se lutar pela unidade. Neste sentido, uma grande qualidade de um revolucionário continua sendo a sua capacidade

de "analisar concretamente uma situação concreta". Portanto, pergunte-se: desgastou-se a UNE junto aos estudantes — não nos referimos sequer ao conjunto do ME, mas àquelas parcelas de seus ativistas mais avançados — ao ponto de que seja politicamente correto propor uma "nova" UNE? Existe uma ânsia, ainda difusa empurrando neste sentido ou é a UNE que, mal ou bem, aparece para os estudantes como a sua entidade? Falamos em ansiedade difusa porque a noção de totalidade das massas — o que desejam ou recusam é sempre algo quase sensorial, seja no plano imediato seja na sua dimensão histórica — não é algo imediatamente lógico, nem é um parágrafo de uma bem escrita teoria. Expressa-se, sempre, intuitivamente. Da mesma forma, é também intuitivamente, e não a partir de sentenças e parágrafos, que o movimento sente-se seduzido pela palavra de ordem da "unidade" e persegue sua realização na prática política. Ou será que foi em vão que se criou e perdura com tanta força até hoje o provérbio de que "a união faz a força"? Entretanto, estas são questões iniciais, meros pontos de partida, o resto se decide no terreno da luta política.

Portanto, é a partir de uma avaliação política que a Caminhando considera um equívoco, neste momento, o Congresso tomar como ponto central a questão da proporcionalidade das eleições da UNE. Tampouco acredita que deva-se propor (e/ou propagandear) articulações de instâncias que passem por fora da UNE. Obviamente, hoje, práticas como essa levam ao divisionismo.

Considera a Caminhando, que a UNE, hoje, apesar de estar profundamente desgastada, desacreditada entre os estudantes, sem nenhum prestígio ou autoridade política, é uma instância reconhecida, de maneira imediata e histórica, pelos estudantes e que por isso mesmo assume o centro da questão do Congresso a redefinição radical da imagem e do papel da UNE.

Portanto, partindo do reconhecimento dessa redefinição radical, é necessário que as propostas apresentadas no Congresso sejam bastante claras e saibam vincular duas dimensões diversas, entretanto não opostas ao "viver" estudantil: e da discussão dos problemas específicos — particulares, imediatos, e que, por isso mesmo, aparece como a mais importante — com os problemas políticos gerais, que condicionam as questões do ME, e que neste sentido são mais reais, concretos e importantes que aqueles do dia-a-dia. Contudo, estes últimos, aparecem sempre como "distantes", "abstratos", na medida mesmo em que incidem de maneira indireta sobre a universidade e os estudantes.

Todas estas questões, entretanto, não podem obscurecer aquilo que deve ser o centro deste congresso: ou se aprofunda o atrelamento, o peleguismo desenvolvido pela Viração, ou se realiza o radicalmente oposto. Nisto, as correntes de oposição, contrárias à direção da UNE e também colocados na oposição de esquerda ao governo da Nova República, cumprirão um papel decisivo. Papel que passa, também, além da unidade política de oposição à atual direção, por dar a devida importância à tirada de delegados, fiscalizando o processo de maneira rigorosa, ao mesmo tempo que chamam atenção para as consequências desastrosas para todo o movimento, da ocorrência de um processo fraudulento.

Este Congresso, vale repetir mais uma vez, é decisivo para a futura história do movimento estudantil em nosso País. E nisso reside a imensa responsabilidade de todos os que se empenham nessa batalha, para que essa história não seja trágica.



O PT e o PRC

O Partido Revolucionário Comunista, organização clandestina fundada em 1984, definiu em seu último congresso a exclusividade pelo PT na sua participação institucional. Em documento datado de fevereiro expõe suas opiniões sobre as eleições de 15 de novembro.

A direção nacional do PT tirou uma nota contendo críticas ao PRC. E orientou a discussão sobre a mesma nos diretórios e núcleos do PT. A Comissão Executiva do PRC respondeu. Transcrevemos, a seguir, as duas notas.

D.N. questiona documento do PRC

Em reunião realizada nos dias 1 e 2 de março, o Diretório Nacional do PT aprovou uma nota contendo críticas ao documento intitulado "O PRC e as eleições de 1986". Dada a importância que esta nota tem para o debate político interno do Partido (O PRC atua como tendência no PT), decidimos reproduzi-la na íntegra.

"1. O PRC acaba de publicar um documento intitulado "O PRC e as eleições de 86" com os seguintes objetivos:

a) centralizar a intervenção do PRC nos eventos e lutas: eleições, Congressos da CUT e da UNE, eleições para diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos da Capital de São Paulo e campanhas salariais;

b) consolidar, politizar e desenvolver a imprensa legal do PRC e implantar o jornal interno do seu Comitê Central;

c) dar início à sua própria formação de quadros;

d) dar um salto na questão das finanças, realizando uma campanha sob o lema "Ouro para o PRC".

"2. É público e reconhecido que o PRC é um partido dentro do PT, com política e disciplina próprias. Não se trata, pois, de uma simples corrente de pensamento que, no

debate franco e aberto dentro do partido, procura o melhor caminho para a afirmação e a consolidação do PT como alternativa à dominação burguesa. Trata-se de uma corrente organizada que procura alcançar a hegemonia dentro do PT para colocá-la a serviço de seus próprios objetivos. Porém, embora esta situação seja grave por si mesma, o documento citado acima é ainda mais grave porque:

a) estabelece para os militantes do PT que se alinham com o PRC uma tática eleitoral pública, antes que o PT tenha democraticamente definido sua própria tática eleitoral;

b) estabelece nessa tática uma diretriz de candidaturas, coligações ou dobradas que se choca com muitas das diretrizes anteriores do PT, admitindo inclusive que, para viabilizar os objetivos do PRC, seus candidatos acertem dobradas fora da legenda do PT;

c) estabelece claramente que sua intervenção dentro do PT visa, única e exclusivamente, alcançar os objetivos do próprio PRC, transformando o PT em simples frente institucional de massas. Com essa finalidade estipula como tarefa realizar filiações em massa no PT, sob hegemonia e controle do PRC e em torno de seus candidatos, e realizar reuniões sob seu controle, apresentando as propostas políti-

cas do PRC e propondo aos militantes do PT a militância no PRC.

"3. Independentemente do mérito da tática eleitoral definida pelo Comitê Central do PRC, cuja análise e propostas são no mínimo muito discutíveis, não é possível ficar omissos ante a posição adotada em relação ao PT e seus militantes. Na prática, o PRC quer construir-se às custas do Partido dos Trabalhadores, fazendo com que este seja um simples apêndice de sua política.

"4. Frente a isto, o Diretório Nacional do PT — que sempre defendeu a liberdade partidária para todas as correntes políticas e ideológicas — chama toda a militância petista a lutar contra a postura desse partido dentro do PT, pela reafirmação da proposta básica do PT inscrita no seu manifesto, programa e estatuto.

"O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores também reitera que práticas e decisões como essas do PRC, quando adotadas por petistas que seguem a orientação desse partido, estão sujeitas às normas do Estatuto e do Regimento Interno do PT. Assim sendo, todo e qualquer filiado ao PT que seguir orientações não emanadas das instâncias petistas estará sujeito àquelas normas, que asseguram a democracia interna e a unidade política de ação do Partido dos Trabalhadores".

PRC responde ao Diretório Nacional do PT

Tomamos conhecimento, com estranheza, desta Nota, num momento que exige a unidade de todos os que se opõem, do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, ao "pacote" monetário de confisco salarial, demagogia e ilusões baixado pela Nova República. Por conter acusações graves ao PRC, somos obrigados a respondê-la:

1) Reafirmamos as idéias básicas da posição política do CC do PRC sobre as eleições, motivo da Nota do DN, e que são as seguintes:

Por seu papel na transição, o processo constituinte é a questão política central em disputa, subordinando as eleições de governadores. As campanhas para governador necessitam assumir um caráter político geral, centradas nos grandes problemas nacionais e na temática constituinte, ligando-os com propostas político-administrativas para os estados. Neste sentido, é fundamental ter presente o caráter, os limites e as possibilidades de uma administração estadual do PT, sujeita ao aparato político-jurídico e policial-militar do estado burguês.

Os critérios políticos para avaliar o caráter e a conveniência de cada candidatura, coligação ou dobrada devem ser três: ter um sentido geral de oposição ao governo Sarney, à Nova República e à transição burguesa, compromisso com uma plataforma de mudanças imediatas de conteúdo avançado e comprometimento prático com as greves e demais lutas do movimento operário-popular. Isto exclui, de antemão, coligações com o PMDB ou coligações hegemônicas por candidaturas que expressem a linha geral do PDT, ou seja, o projeto brizolista.

O processo constituinte aborda um conjunto amplo de relações sociais-políticas, econômicas, culturais, ideológicas e toca em pontos nevrálgicos da ordem burguesa em geral, exigindo uma intervenção multilateral, que abarque: a exigência de inclusão na Constituição das reivindicações mais sentidas levantadas pelas lutas populares, a defesa de direitos democráticos como os direitos civis, das mulheres, índios e homossexuais, ecologia, educação, cultura, etc., e a contestação do capitalismo, enquanto sistema social, afirmando a perspectiva histórica da transformação socialista, em torno de questões constitucionais que tocam em valores centrais da dominação burguesa.

A Nota, aprovada pela maioria do Diretório Nacional do PT não faz uma crítica, mesmo breve, a estas posições políticas. Limita-se a afirmar que, em relação às candidaturas, coligações ou dobradas "se chocam com muitas das diretrizes anteriores do PT, admitindo inclusive

que, para viabilizar os objetivos do PRC, seus candidatos acertem dobradas fora da legenda do PT".

Sendo esta última passagem a única que dá a entender uma objeção política concreta, esclarecemos que nossa posição sobre eventuais dobradas de candidaturas a deputado fora da legenda do PT está subordinada a critérios políticos (oposição ao governo, ao regime e à transição, comprometimento com uma plataforma avançada e compromisso prático com as lutas sociais) e procura atender aos interesses do próprio PT, permitindo-lhe continuar atraindo os dissidentes à esquerda de outros partidos, como vem ocorrendo. A insinuação de que a política de dobradas proposta pelo PRC se orienta por um espírito particularista e de grupo, eleitoral e sem princípios, é indemonstrável. Pode-se discordar dela, mas isto deve ser feito politicamente.

2) Uma tese central da Nota do DN é a de que o PRC tem com o PT uma relação utilitarista, oportunista e parasitária, "quer construir-se às custas do Partido dos Trabalhadores, fazendo com que este seja um simples apêndice de sua política", "visa, única e exclusivamente, alcançar os objetivos do próprio PRC", "procura alcançar a hegemonia dentro do PT para colocá-lo a serviço de seus próprios objetivos", e coisas assim.

Trata-se de uma tese que não se sustenta diante dos fatos. Respeitamos eventuais discordâncias quanto às posições do PRC em relação ao PT, mas é difícil acusar-nos de querer nos construir às custas do Partido dos Trabalhadores.

No início de 1985, quando a transição iludida a maioria dos trabalhadores e do povo e o PT achava-se momentaneamente isolado, com gente saindo de suas fileiras e certos analistas prevendo-lhe um futuro difícil, o PRC, por uma questão de convicção sobre a importância política do PT como o único partido de massas não integrado à transição burguesa, decidiu que militantes seus, nacionalmente, entrassem no PT e lutassem por ele. Em alguns estados, onde o PT era débil, a entrada destes nossos militantes, que possuíam trabalho político e representatividade anterior, construiu e fortaleceu o Partido dos Trabalhadores. E contribuiu, de maneira significativa, para alguns dos resultados eleitorais mais expressivos do PT nas eleições de novembro/85. O mesmo se pode dizer de outras organizações de esquerda, cujos militantes também vêm contribuindo para o fortalecimento político e organizativo do PT.

estrito controle da máquina partidária, no veto a nomes de expressão da esquerda em programas do PT na TV e em campanhas eleitorais, e coisas assim. Nestas condições, o próprio fato do PRC orientar seus militantes no sentido de que, dentro das normas democráticas do PT, procurem adquirir posições influentes em determinados diretórios, tem um aspecto de resguardo. Trata-se de ganhar representatividade e legitimidade diante do risco, infelizmente muito presente, de uma campanha contra os supostos membros das organizações de esquerda, como ameaça fazer agora mesmo essa Nota do DN.

4) O PT é um partido de massas que surgiu e se desenvolveu com a particularidade de ter a participação no seu interior de pessoas ligadas a diversas correntes político-ideológicas organizadas, que não são apenas as organizações da esquerda revolucionária. A Igreja, por exemplo, é uma dessas correntes. Possui centro dirigente situado fora da estrutura do PT, tem instâncias organizativas próprias, lança candidatos seus e adota orientações políticas à parte, como aquelas a respeito do aborto e da censura moral, que são importantes politicamente para efeito da eleição de deputados constituintes e da futura Constituição, o que não deixa de ser uma linha política, sem que se trate de posições oficiais do PT. O PRC considera a existência dessas correntes organizadas como algo normal e legítimo, próprio do caráter do PT. E, coerentemente com isto, defende o direito dos comunistas se estruturarem e exercerem militância de acordo com suas convicções ideológicas e organizativas de comunistas. Negá-lo, quando este direito é reconhecido a outras correntes doutrinárias e políticas atuantes no PT, significa, na prática, discriminação de sentido anticomunista.

Por outro lado, entendemos que a avaliação da participação no PT de uma pessoa tida como ligada ao PRC ou a outra organização de esquerda deve se cingir à sua prática, individual e concreta, como filiado petista, em relação às posições políticas e às normas organizativas do Partido dos Trabalhadores, sem privilégios, mas também sem pré-julgamentos, generalizações ou discriminações.

5) O PRC é clandestino em função de uma concepção estratégica e tática sobre a revolução brasileira. Não está previsto assumirmos a condição de partido legal. Trata-se de uma questão séria, de convicção política.

Ao mesmo tempo, entendemos como altamente positivo o fato de diversas correntes político-ideológicas estabelecerem uma ação política unitária no PT enquanto partido de massas pluralistas, para enfrentar, juntas, o projeto das classes dominantes de fragmentar e isolar forças não integradas à transição burguesa.

O sentido da Nota da maioria do DN, ao insinuar que os militantes do PRC deveriam sair do PT para constituir um partido legal à parte, é sectário, excludente e divisionista.

6) A Nota aprovada pela maioria do Diretório Nacional indis põe e exacerba os demais petistas contra os filiados tidos como ligados ao PRC, pré-julgando-os pelo simples fato desta suposta ligação. Tende a transformar estes filiados no alvo central da contraposição política dos demais membros do PT. Mas não fundamenta politicamente essa radicalização anti-PRC, que passa a ser como móvel central o "patriotismo de partido" em relação ao PT, um sentimento grupista que já trouxe muito prejuízo à esquerda brasileira.

Perguntamos: As posições defendidas pelos que são tidos como militantes do PRC, contra o que era chamado na época de "candidato único das oposições", pelo não-comparecimento ao Colégio Eleitoral, pela oposição sistemática e desde o início ao governo da transição burguesa, contra intransigentemente o "pacto social", por uma Assembléia Constituinte com liberdades e participação popular amplas, totalmente contra o atual "pacote" monetário, ou seja, a luta por uma alternativa independente em relação às classes dominantes, são a grande ameaça política interna que o PT enfrentou ou enfrenta? Ou, pelo contrário, têm contribuído no debate de idéias e na elaboração de posições avançadas do PT?

7) Consideramos negativo que se estenda a controvérsia criada pela Nota da maioria do Diretório Nacional. Acharmos que o debate no PT deve voltar a ser feito em torno fundamentalmente de idéias e propostas políticas, sem alimentar sectarismos e preconceitos. Este é o caminho que julgamos melhor para o fortalecimento do próprio PT.

Saudações socialistas

DO COMITÊ CENTRAL DO PRC

A COMISSÃO EXECUTIVA

março/86

Nicarágua:

Reagan quer soltar os cães de guerra

Horas depois de ter feito um dramático apelo aos Estados Unidos, denunciando uma invasão à Honduras por tropas da Nicarágua, o presidente hondurenho, José Azcona Hoyo, foi com a família em férias para a praia. No mínimo estranho, e aconteceu no dia 25 de março. No dia 24, o Departamento de Estado norte-americano, em Washington, já havia anunciado a invasão sandinista à Honduras. Da capital de Honduras, Tegucigalpa, veio a resposta: "Não existe invasão alguma", afirmou, na oportunidade, Lizandro Quezada, porta-voz do governo hondurenho. No dia seguinte, o próprio Lizandro Quezada mudaria de opinião. Um contingente de 1.500 sandinistas invadiu a região de Olancho e "os combates são ferozes e já há mais de 100 mortos", informou. O invisível exército até hoje continua invisível, ninguém o encontrou. Imediatamente, Ronald Reagan liberou para Honduras uma ajuda militar de 20 milhões de dólares. O Presidente dos EUA, certamente, seguia o provérbio: Inventemos fantasmas quando escasseiam inimigos (e pretextos) reais. O presidente José Azcona Hoyo que, por certo, não teme fantasmas, ou não cultiva o hábito de ouvir o noticiário, continuava em férias. Enquanto isto, segundo o noticiário mundial, tinha suas fronteiras invadidas do lado nicaraguense, ao contrário do presidente de Honduras, quatro soldados acompanhavam num rádio de pilha as notícias da invasão. E o deputado americano Thomas O'Neil, líder do Partido Democrata, que comandou a obstrução da ajuda de 100 milhões de dólares de "ajuda humanitária" aos "contras", exigida por Reagan, declarava: "Se isto (a invasão) ocorresse na semana passada, a ajuda teria sido aprovada também na Câmara". No dia 27 de março, o Senado norte-americano aprovou a ajuda de 100 milhões de dólares aos "contras", como queria Reagan.

Liquidar o governo Sandinista da Nicarágua é a meta de Reagan e aí vale tudo. Os guerrilheiros "contras", denominados por Reagan como "combatentes da liberdade", são ex-somozistas e torturadores da Guarda Nacional, hoje treinados e financiados pela CIA. Nestes "combatentes", da liberdade Reagan já investiu um bilhão de dólares. E embora com pesados danos à economia e às vidas na Nicarágua, os "contras" não conseguem aglutinar a população rural para os objetivos do chefe Reagan: desestabilizar a sociedade nicaraguense e possibilitar uma invasão de marines, com apoio da opinião pública mundial.

Em 1983, Reagan ordenou um bloqueio nos portos nicaraguenses. Minou o Atlântico e o Pacífico. Acabou sendo criticado pela Corte Internacional em Haia (Holanda). Alegou que eram os "contras" que executavam o bloqueio: ficou por isso mesmo.

Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, denunciou na ONU as intenções americanas na América Central. "Os ventos que estão soprando sobre a região pressagiam um holocausto para nossos povos". E os porta-vozes da Casa Branca afirmam que a medida extrema, a invasão à Nicarágua, ainda não foi decidida. Sem dúvida que não, caso contrário já saberíamos que a decisão definitiva só seria tomada meio minuto antes de abrir fogo.

7 MIL MORTOS

Um jornalista italiano descreve assim uma possível invasão norte-americana. "Reagan sabe que em uma invasão à Nicarágua, eles não poderiam demorar mais de duas semanas para controlar todo o país. Não importa que três ou quatro mil marines morram em um ataque relâmpago, se este tiver êxito. Mas o público não agüenta programas monótonos e de enredo complicado. A batalha de opinião é travada na televisão e mais de duas semanas de noticiário, com seu saldo cotidiano de baixas e resultados pouco espetaculares, tornariam imediatamente impopular a guerra."

Este é o cotidiano com o qual a Revolução Sandinista deve conviver. Os "contras" já mataram sete mil nicaraguenses militares e civis. Principalmente camponeses. Fora o estrangulamento econômico internacional executado por Reagan e seus aliados, os contras já liquidaram com 250 milhões de dólares investidos pelo governo sandinista. Os "contras", quando podem, queimam armazéns, máquinas agrícolas, caminhões, depósitos de combustíveis e obrigaram a Nicarágua a evacuar das áreas de conflito 10 mil famílias. Uma ciranda de vidas e, principalmente, de mortes, incalculável em termos econômicos. E um custo, também incalculável, para um país que vive do que produz na agricultura. Os esforços no sentido da paz não são medidos pelo governo de Ortega. Mas tudo mergulha na "teoria do domínio" invocada por Reagan. O Grupo de Contadora era uma esperança de paz. Cada dia, porém, Contadora é mais limitada e ambígua.

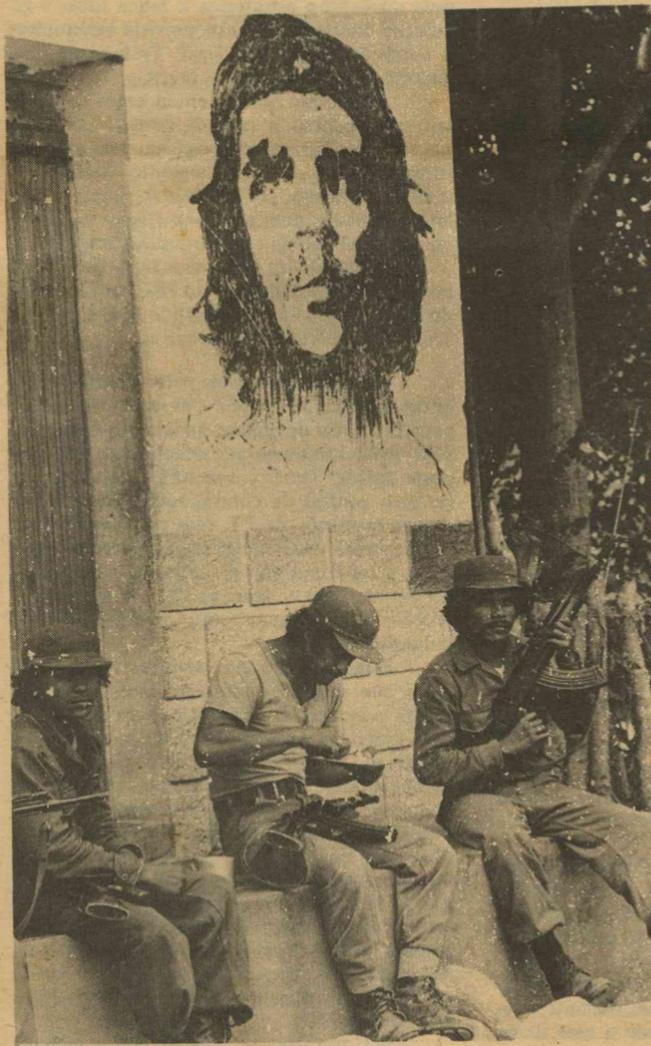
A paz na Nicarágua não está nos sonhos de Reagan. E ela vem sendo tentada e negociada de todas as formas.

Uma crise artificial, elaborada em Washington, entre Honduras e Nicarágua, envolvendo os dois países numa guerra, é a nova hipótese da CIA. Prevendo isso, o Grupo de Contadora (composto por Colômbia, México, Panamá e Venezuela, juntamente com representação de outros países) desde janeiro de 1983 se esforça para encontrar uma saída para a Nicarágua. Um Documento de Objetivos foi aprovado em setembro de 1983, por consenso, entre os cinco países centro-americanos e o Grupo de Contadora. Nele constam detalhados 21 pontos princípios e normas de convivência pacífica na região, entre os quais o princípio da não-ingerência nos assuntos internos dos vizinhos, não-apoio à subversão ou guerras irregulares, a saída de todas as forças extra-regionais e a limitação da corrida armamentista.

Após um ano, e inúmeras reuniões, os pontos se tornaram a base da Ata de Contadora para a Paz e a Cooperação na América Central. O documento previa, com critérios detalhados, o limite das armas, estabelecia prazos precisos (de poucas semanas) para a retirada de assessores militares e tropas estrangeiras da área, proibia as manobras internacionais, previa a suspensão de todo apoio a forças irregulares ou grupos armados nos países vizinhos (não apenas militar, mas político-financeiro), recomendava normas internas que garantiam os direitos humanos e a democracia política pluralista em cada país e — muito importante — estabelecia mecanismos exatos de controle de tudo anteriormente citado. Todos os países do Hemisfério, desde Cuba até os Estados Unidos, Europa Ocidental, o Movimento dos Países não-alinhados, o Grupo dos 77 e as Nações Unidas expressaram seu apoio à Contadora, uma unanimidade poucas vezes vista.

Os Chanceleres da Guatemala e Costa Rica apoiaram sem reservas o documento. Em 19 de setembro de 1983, o chanceler hondurenho, Paz Barica, firmou, em nota oficial, seu "reconhecimento pela perseverante gestão pacificadora" de Contadora, que "corresponde agora à vontade política dos governos centro-americanos adotar as formas de conciliação". Três dias depois, no Panamá, o presidente salvadoreño, José Napoleón Duarte, anunciou que a 15 de outubro "teremos assinado a Ata com vontade férrea e firme de cumprir todos e cada um dos seus pontos." E a Nicarágua, assinaria ou não? O mundo amanheceu um pouco mais em paz quando Daniel Ortega, na condição de Chefe de Estado nicaraguense, anunciou pública e solenemente que seu país assinaria a Ata, sem propor nenhuma mudança.

Washington deduziu que a brincadeira tinha ido longe demais. Imediatamente às declarações de Ortega, Nils Castro, assessor presidente panamenho e de destacado papel negociador, afirmava: "A posição nicaraguense surpreendeu os Estados Unidos". Tudo parecia correr bem. Mas bem mal. Um porta-voz do Departamento de Estado norte-americano qualificou de "hipócrita" a posição da Nicarágua, dizendo que esse país não cumpriria o acordo imediatamente, com palavras quase idênticas, os governos de El Salvador e Honduras aderiram à posição norte-americana. O sonho, no entanto, havia acabado.



Cynthia Brito/Agência F4

Uma rotina que se repete dezesseis vezes por mês: aviões norte-americanos sobrevoam Manágua. O maior exército do mundo só quer saber uma coisa: como acabar com a Revolução Sandinista. A resposta ainda não veio. Reagan encurta o prazo. Um álibi pode ser suficiente.



A última reunião de Contadora, com a presença de 13 chanceleres de países latino-americanos e a comunidade européia, durou dois dias. Iniciou no dia 5 de abril último e teve o seguinte resultado: um fracasso. Tudo adiado novamente. Honduras, Costa Rica e El Salvador, aliados incondicionais dos Estados Unidos, rolam a bola da guerra com lentidão, numa partida sem tempo regulamentar. O governo americano é taxativo: vai enviar mais assessores militares norte-americanos a Honduras e El Salvador, cuja missão é realizar novos treinamentos militares com os "contras".

A Nicarágua pede uma comissão internacional, tirada pelo Grupo de Contadora, com a missão de vigiar os confrontos na fronteira Honduras-Nicarágua. A resposta é: veremos. Em junho há uma nova reunião.

Ronald Reagan quer a guerra de qualquer forma. A Nicarágua está na estratégia geopolítica americana. E não é um sonho novo. Em 1980, na convenção do Partido Republicano que indicou o nome de Reagan como candidato, ficou aprovada a plataforma que "lamentava a tomada do poder na Nicarágua pelos marxistas sandinistas"

e, ali também, era questão de princípio republicano estabelecer "um governo livre e independente". O que significa isto? Um governo que se submetesse, como havia sido o de Anastácio Somoza?

Com este respaldo, seria inconveniente e politicamente incorreto, taxar Reagan de caduco ou fora de órbita. Mas sim considerá-lo um homem de princípios, um homem que os leva à risca, um homem fiel aos destinos do capitalismo, um abnegado irreparável da causa capitalista. E o mundo lhe é grato, o mundo capitalista lhe retribui com os melhores presentes para que sua luta seja vitoriosa. O mundo de Reagan vive numa gravidade bélica incontrolável. A diferença de seu governo para o de Carter, é que Reagan é prático, útil, eficiente. O homem que superou a "síndrome do Vietnã". Que garante que os Estados Unidos jamais serão expulsos de nenhum lugar".

Ao invadir Granada, em 1983, Reagan consolidara um de seus propósitos: botar o exército americano onde fosse necessário. E dar, de quebra, um recado à Nicarágua e Cuba, que tiveram que rever os planos de ajuda mútua, juntamente com a União Soviética, que se afastou do local.

Tendo a maior fatia de um arsenal bélico com capacidade de destruir doze vezes o planeta, Reagan, ao contrário de ser uma besta, é a expressão lógica desse militarismo. Neste ano de 86, o mundo gastará 940 bilhões de dólares em armas. Para 87, está previsto superar a 1 trilhão de dólares. O mundo possui um soldado para cada 43 pessoas e um médico para 1.030. Somente o orçamento da Força Aérea dos Estados Unidos ultrapassa os gastos com a educação de 1,2 bilhão de crianças no Terceiro Mundo.

Quem gasta tanto em armas, deve saber e sentir sua utilidade. Elas não são fabricadas para ficar à sombra das laranjeiras. Esse militarismo afeta fundamentalmente o desenvolvimento dos países pobres da África, Ásia e América Latina, justamente as zonas de maior presença da XI Frota Americana, a vanguarda intervencionista de Reagan.

A Nicarágua sabe que não há como enfrentar o poder americano. O exército sandinista conta com 200 mil homens em armas mais 500 mil voluntários mobilizados nos Comitês de Defesa Sandinistas (que cuidam da infraestrutura social em tempo de paz e de guerra). Não possui marinha ou aeronáutica que possa ser mencionada em caso de enfrentamento. O maior arsenal nicaraguense, segundo Tomás Borge, ministro do Interior, é a consciência e a moral do povo.

Ele acredita que os americanos perderiam 20 mil marines num primeiro momento da invasão. Depois, as contas seriam feitas por quem sobrasse, de ambos os lados. Ele acredita que as fronteiras da América Central se apagariam e o fogo da guerra seria de contenção imprevisível. O exército dos "contras", a primeira opção de invasão, seguindo uma guerra com Honduras como segunda, tem um número oscilante em seus contingentes, e os números nunca são confirmados. Variam de dez a trinta mil homens, conforme os dólares que estão correndo. Uma coisa é certa: não estão muito seguros de sua "causa". Isto os torna "moralmente" frágeis.

Mas há formas de entusiasamá-los. O Chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, general John Galvin, está encarregado de coordenar os planos de invasão na América Central e toda a latino-américa. Ele esteve em janeiro no Paraguai, pressionando chefes militares contra a "intransigência" do general Stroessner, que pode favorecer as forças extremistas. Os EUA prevêem problemas também no Paraguai, em curto tempo, caso a ditadura permaneça. O Comando Sul dos Estados Unidos, com quartel-general na antiga Zona do Canal do Panamá, estava praticamente desativado. Reagan o reviveu e hoje cumpre papel de ponta-de-lança dos interesses americanos no continente. O general Galvin é militar e diplomata. Um gato que não espera a noite para ficar pardo. O seu comando é uma das duas fontes de suprimento da operação em Honduras. A outra é o Forte Bragg, na Carolina do Norte, criado nos anos 60 em função da guerra no Vietnã. O general Galvin é peça importante no esquema tático político-militar de Reagan, porque é dois em um: é beligerante e político. Caso falhe o segundo, ele aciona o primeiro.

A vitória de Reagan no Senado, que aprovou os 100 milhões de dólares aos "contras", deve ser vista mais pelo

seu lado político do que propriamente financeiro. Reagan já gastou 1 bilhão de dólares sem consultar ninguém: gastaria tantos outros da mesma forma. Porém, agora, ele dá um saldo em seu plano de invasão à Nicarágua. O consentimento do senado autoriza-o a caminhar sobre duas frentes: a imaginação e a realidade. O Senado, ao aprovar ajuda, confirmou uma versão imaginária de Reagan: A Nicarágua é um país que não respeita os direitos humanos, etc, etc. E limpou um caminho em direção à opinião pública americana, este real e muito palpável. Se Reagan conciliar a opinião pública em torno de uma invasão à Nicarágua, dificilmente ela será evitada e o mundo só tomará conhecimento meio minuto antes. Prevendo isso, pacifistas norte-americanos se revezam dia e noite para fazer uma barreira humana desarmada na fronteira entre Nicarágua e Honduras. Em caso de invasão, os tanques devem passar sobre seus corpos.

Intelectuais e artistas do mundo todo estão se mudando para Manágua, onde se oferecem como vítimas de um eventual bombardeio.

Um Comitê de Solidariedade à Nicarágua, composto por artistas, em Beverli Hills, está comprometido de enviar ao país uma ambulância para cada Departamento nicaraguense, com tudo o que cabe em uma ambulância padrão norte-americana. Caso os departamentos já as possuam, enviam o equivalente em material cirúrgico para os hospitais.

A Nicarágua é um país essencialmente agrícola, 65 vezes menor que o Brasil e tem uma população de quase três milhões de habitantes. 80 por cento de seu parque industrial concentra-se na transformação de cereais em alimentos. Não há siderurgia. Não há sequer uma indústria de bens de produção. Se quebrar uma peça de uma usina açucareira, ela virá, tempos depois, da República Federal da Alemanha. Enquanto isso: a usina ficará parada.

O ministro da Agricultura e da Reforma Agrária, Jaime Whelock, resume a jornalistas europeus, o quadro de dependência do país.

"Olhem em redor: tudo o que está nesta sala onde estamos conversando é importado. O tapete, a lâmpada, a moldura dos quadros, as maçanetas da porta, o papel, esta caneta, o tinteiro, a tinta, as xícaras de café, tudo. Aqui não há nada que seja nicaraguense, com exceção, talvez, da madeira com que foi feita esta mesa, da companhia que acompanhou vocês até aqui e eu.

Apesar disso, é um país de orgulho ilimitado quanto à sua Revolução. Os "contras" não são problemas para os nicaraguenses, que aprenderam a conviver com a guerra. A Nicarágua, no sexto ano da Revolução Sandinista, reorientou-se para um desenvolvimento realista e firme: passa da miséria para a pobreza, com liberdade e independência. Sobre a invasão americana, os sandinistas buscam força para enfrentá-la nas palavras do próprio Sandino:

"Vinde, gleba de mordinômanos; vinde assassinar-nos na nossa própria terra; que eu vos espero de pé, na frente dos meus soldados patriotas, sem importar-me o vosso número; mas sabeis que, quando isso acontecer, a destruição da vossa grandeza trepidará no Capitólio de Washington, avermelhando com vosso sangue a esfera branca que coroa a vossa famosa White House, antro onde maquinais os vossos crimes."

DUARTE PEREIRA: "O segredo do pacote é o choque salarial..."

Duarte Pereira é jornalista. Foi diretor da UNE na gestão 63-64. Lecionou na PUC até 68. Dirigente da extinta organização Ação Popular, foi obrigado a refugiar-se na clandestinidade a fim de escapar às perseguições do regime militar. Participou ativamente do jornal Movimento; trabalhou também na revista Realidade e na publicação Retratos do Brasil. É autor dos livros Perfil da classe operária e O ABC do custo de vida. Prestou assessoramento político e econômico ao Movimento contra a Carestia.

O pacote teve o significado de uma nova revolução burguesa no Brasil, ou mesmo, de uma complementação da revolução de 30?

Duarte Pereira: Penso que é um exagero. Não vejo como se possa interpretar isto como uma revolução burguesa, no sentido de alteração de estruturas. É mais, um processo de consolidação das transformações capitalistas ocorridas nas últimas décadas. Ele vem na continuidade do esforço de renegociação da dívida externa, de proceder uma reformulação do sistema tributário, de tentar conter a inflação e, com isso, criar condições para uma retomada dos investimentos produtivos, para uma modernização de certos setores industriais e assim lançar uma nova fase de expansão do capitalismo, no rumo do fortalecimento dos monopólios e da inserção do Brasil no sistema capitalista mundial.

Os defensores do pacote têm dito que quem o critica é a favor da situação anterior.

Duarte: Isto é um ardil. Querem, assim, vender a idéia de que só havia duas safras: ou a situação anterior, ou as medidas que decretaram. A partir daí dizem que quem critica pacote é a favor da inflação. Isso no entanto é falso. Porque se pode combater a inflação de diferentes formas. E cada uma delas tem um sentido social distinto. Prejudica determinadas classes e setores sociais e favorece a outros. O governo escolheu uma das formas. Então a verdadeira discussão é entender que solução o governo adotou, e o que ela implica do ponto de vista dos trabalhadores e da soberania nacional.

Outra idéia difundida é de que os malefícios da inflação atingiam todos por igual. E que, portanto, o seu combate, ao beneficiar a todos, também exige sacrifício de todos.

Duarte: É uma idéia falsa. Se a inflação fosse neutra, ela seria uma complicação contábil desnecessária. A inflação desempenha este papel social tão importante e tem este caráter tão prolongado exatamente porque ela não é neutra. Alguns preços sobem antes, outros sobem depois, uns são remarcados numa proporção mais alta, outros numa proporção mais baixa. Através destas diferenças no prazo e na proporção das remarcações se dá uma redistribuição perversa da renda. No fundo do processo inflacionário o que existe é um conflito pela redistribuição da renda. E nisto não há nada de neutralidade. Portanto, tampouco será neutra a desindexação que agora está sendo imposta.

O que explica esta inflação crônica no Brasil?

Duarte: Pode-se sistematizar estas causas em monetárias e reais. As monetárias são as relacionadas com a emissão excessiva da moeda, com o crescimento acentuado do crédito e, no período mais recente, com a emissão de títulos da dívida pública do governo. Estas causas, ao criarem meios de pagamento ou permitir que estes meios cresçam num ritmo superior ao da riqueza, elas desvalorizam o dinheiro, a moeda nacional. Com isso, inevitavelmente, começam a ocorrer reajustes de preços e se configura o processo inflacionário. As teorias monetaristas pretendem explicar a inflação destacando apenas estas causas.

As mais importantes são as estruturais, relacionadas com a estrutura sócio-econômica do país. Vou dar o exemplo da desvalorização da moeda. A moeda de um país tem um valor interno, que é medido por seu poder aquisitivo dentro do país, e um valor externo, que é medido pela sua relação de troca com a moeda de outros países. Ora, com um pequeno número de nações imperialistas e uma gran-

de periferia de nações dependentes, é claro que isto, do ponto de vista monetário, se traduz num conjunto pequeno de moedas fortes, e uma enorme multidão de moedas mais ou menos fracas, sem grande aceitação internacional. Toda vez que um país é submetido à exploração imperialista é obrigado a exportar capitais através das remessas de lucros, do pagamento de juros, da remuneração da tecnologia estrangeira, isto vai descapitalizando o país, e acaba refletindo-se na sua moeda. Se ele não está acompanhando a expansão dos países mais avançados, também sua moeda fica mais fraca. Isto exerce uma pressão estrutural permanente pela desvalorização desta moeda. Uma segunda causa estrutural é o sistema latifundiário-exportador. Este sistema provoca uma escassez de gêneros alimentícios, agravado pelo processo de urbanização acelerado. E ainda no capitalismo monopolista e estatal existe a fixação dos chamados preços de monopólio, que tendem a ser, sabidamente, mais altos que os preços do mercado competitivo, porque os monopólios têm o poder de puxar seus preços sempre acima do valor das mercadorias. Estas e as demais causas estruturais não serão erradicadas sem uma verdadeira transformação revolucionária. Existem também as causas conjunturais, acidentais, que podem agravar os fatores reais permanentes. É o que nos últimos anos se passou a chamar de choques. Por exemplo: um choque agrícola, quando ocorre uma enchente ou uma seca nas principais regiões produtoras. Ou um choque cambial, quando o governo faz, para incentivar as exportações, uma desvalorização brusca da taxa de câmbio, na relação entre a moeda nacional e o dólar. Estes choques logo se propagam para toda a economia e, muitas vezes, provocam um impacto inflacionário grande.

E há ainda as causas realimentadoras, uma contribuição da ditadura militar à crônica inflação brasileira. O governo foi criando uma série de índices como a ORTN, UPC, IGP, INPC, etc., uma política de desvalorização constante na taxa de câmbio, para promover periodicamente e de forma automática os reajustes dos diferentes valores da economia. Isto originou a indexação da economia. Era uma indexação desigual. A correção cambial era quase diária, a correção monetária era mensal e os reajustes salariais, por exemplo, eram anuais. Só depois de muita luta se tornaram semestrais.

A economia passou a funcionar amarrada a estes índices, que realimentavam a inflação. Se num ano a inflação estava em 200 por cento, por força destes índices, no ano seguinte ela tendia a ser de pelo menos 200 por cento. Se no intervalo ocorresse algum choque, um aumento no preço do petróleo ou das taxas de juros internacionais, e a inflação fosse para 250 por cento, então, no terceiro ano, ela seria no mínimo de 250 por cento.

São as teorias inercialistas as que informam o pacote, não é assim? O que dizem elas sobre as causas da inflação?

Duarte: Elas partem do ponto de vista de que a inflação no Brasil se tornou basicamente inercial. Decorreria destes mecanismos de indexação da economia, dos reajustes periódicos e automáticos dos diferentes valores. Eles é que estariam

mantendo a inflação num patamar elevado. Para ela poder cair de patamar seria preciso, portanto, promover a desindexação, a eliminação dos índices que realimentam a inflação.

E, com uma inflação de 200 por cento ao ano e caminhando para 400-600 por cento, para os autores das teorias inercialistas, um tratamento gradualista, queda gradativa dos gastos públicos, dos salários, das taxas de juro, do débito, já não produzia efeitos. Seria preciso um tratamento de choque. Mas um choque diferente do chamado ortodoxo, tradicional, informado pelas teorias monetaristas. Porque o choque ortodoxo, ao fazer um corte aberto dos salários e dos gastos do governo, ao conter drasticamente o crédito, provoca recessão, agravando o desemprego e o subemprego, desencadeando falências e concordatas, produziria graves conseqüências sociais para os trabalhadores e aumentaria brutalmente a concentração do capital. Seria, portanto, inviável politicamente. Assim, se procurou outras soluções que conduzissem aos mesmos resultados de um choque anti-inflacionário mas evitando uma recessão e distribuindo um pouco o impacto entre os vários setores sociais. Daí o nome de choque heterodoxo. A heterodoxia está em que ele pretende ser não-recessivo, porque não se cortam os gastos públicos, não se promove uma contenção no crédito, e, neste sentido, se permite uma continuidade no desenvolvimento, mesmo que moderado. Em segundo lugar, a receita não se limita a controlar os salários, busca também congelar temporariamente os preços, forçar uma queda nas taxas de juros, segurar a taxa cambial por um período longo. Evidentemente, porém, a desindexação não é igualitária. Quem vai pagar o maior peso são os trabalhadores e, depois, os pequenos e médios empresários.

E a deflação do mês de março. Não significa que estão conseguindo acabar com a inflação?

Duarte: A inflação de março deveria corresponder, segundo a metodologia anterior, ao período de 15 de fevereiro até 14 de março. O governo resolveu esquecer toda segunda quinzena de fevereiro. A inflação de março está sendo contada a partir de 1º de março. Se os 15 dias de fevereiro fossem contados a inflação não seria zero.

Há ainda o caso dos preços que traziam embutida uma previsão de inflação de 15 por cento. Quando o empresário Antonio Ermírio anuncia que reduziu seus preços em 7 por cento, na realidade ele está apenas retirando metade da inflação embutida.

De todo jeito houve queda nos preços entre 1º de março e o final do mês. E o governo pode conseguir nos primeiros meses uma taxa de inflação em torno de zero. Mas, passado este período, o governo irá, pouco a pouco, descongelando os preços, até chegar a uma liberação geral dos preços. Aí sim soará a hora da verdade. Quando isto acontecer de forma alguma o patamar ficará em zero. O objetivo do governo é uma inflação em torno de 15 por

culo. A ação combinada destes critérios vai implicar em perdas para os trabalhadores, já calculadas pelo DIEESE, em torno de 12 a 15 por cento, dependendo da categoria. Isto somado à perda na própria distorção da fórmula pode chegar a algo em torno de 25 a 40 por cento. Com o abono de 8 por cento, a perda média fica ao redor de 30 por cento. E este é o verdadeiro segredo do pacote.

Por isto você está chamando o pacote de choque salarial?

Duarte: Eu penso que esta é a expressão que corresponde melhor ao verdadeiro segredo do pacote. Porque o expediente técnico que está embutido nele é segurar as pressões inflacionárias através do velho esquema de impor perdas aos assalariados.

Mas e os bancos e os especuladores também não estão perdendo? O governo, inclusive, está estabelecendo compensa-

Com o fim da correção monetária mensal, os bancos vão perder parte destes ganhos. Daí as medidas compensatórias do governo: num país que diz ter congelado todos os preços de todos os serviços, os bancos são autorizados a cobrar novos preços pelos seus serviços. Além disto, os juros não estão tabelados e os bancos vão embutir neles a correção monetária.

Na realidade não há esta apregoada perda para o capital bancário. Seus interesses essenciais estão preservados.

O congelamento de preços foi a medida de maior impacto. Este é o congelamento pelo qual lutava o movimento popular? É correto apoiá-lo?

Duarte: O congelamento do governo vem dentro de um outro enfoque. Está relacionado com o tratamento de choque heterodoxo. A maioria dos preços fo-

cento de março a março. Alguém poderá dizer: bom, para os trabalhadores é uma perda menor do que com 200 ou 400 por cento. Mas isto seria uma ilusão monetária. Num quadro como este, tudo muda de grandeza relativa. Uma perda de 1 por cento nos salários equivalerá a uma perda anterior de 10 por cento. Um reajuste de preços em centavos equivalerá a um reajuste em mil cruzados. E é isto que os trabalhadores precisam compreender.

A receita do FMI era o choque ortodoxo. Ao adotar outro tratamento o governo manifesta sua independência diante do FMI?

Duarte: O que está acontecendo é uma luta de opiniões, no plano internacional, para levar o FMI, instituições acadêmicas e governos de países imperialistas, a aceitar uma nova ótica no tratamento do problema. Procura-se chegar aos mesmos objetivos por caminhos diferentes. Não há, portanto, um antagonismo entre as diferentes soluções propostas. Têm ocorrido modificações importantes no sistema capitalista mundial, exigindo uma certa atualização do pensamento econômico oficial, e isto passa por tensões, mas não significam diferenças essenciais, de qualidade.

E no encaminhamento da dívida externa nada foi alterado. Continuamos pagando anualmente mais de 10 bilhões de dólares pelos juros. Estamos metidos no mesmo processo de negociações de novos prazos e de uma certa redução nas taxas e comissões desta dívida. A única mudança é o fato de que não estamos mais submetidos às visitas periódicas dos técnicos do FMI.

Você tem afirmado que o governo implantou uma nova política salarial no país...

Duarte: E implantou por decreto-lei.

Explique melhor esta questão dos salários. Porque também se diz que o salário de um mês só é gasto no outro com o poder de compra já reduzido numa economia inflacionada.

Duarte: É preciso distinguir duas coisas. Uma é o princípio da média salarial. A atualização dos salários teve por objetivo trazer os salários para os valores de fevereiro. Ao fazê-lo, o governo reintroduziu o famigerado princípio do salário-real médio. Ao invés de reajustar o salário com base no seu valor mais alto no último reajuste, e corrigi-lo de acordo com a taxa de inflação ocorrida no período intermediário, o governo calculou-o de acordo com a média dos últimos seis meses.

Sob a justificativa de que o salário de fevereiro só seria gasto em março, com uma inflação zero, de acordo com o plano do governo, não foi atualizado o salário de fevereiro.

Mas esta é uma alegação improcedente, que não se aplica à maioria dos trabalhadores, sobretudo, os mais pobres. Muitos são diaristas, outros recebem por semana e outros são pagos quinzenalmente, com a chamada antecipação do dia 15, etc. Além disso, a inflação da segunda quinzena de fevereiro, já mencionada, também não foi levada em conta no cál-



ções para os bancos. E as demissões de funcionários seriam uma adequação à nova situação?

Duarte: Isto é uma amostra da imoralidade que campeia num sistema como o nosso. Fica-se comparando as perdas dos trabalhadores na remuneração do seu trabalho com as pretensas perdas que os bancos vão sofrer na rentabilidade escandalosa que obtinham nos últimos anos. São duas coisas inteiramente distintas, que só a ética absurda do lucro permite introduzir na discussão. De todo jeito, os bancos terão uma perda de rentabilidade; que é aquela parte dos lucros extraordinários alcançados, sobretudo, através da especulação.

Tomemos apenas dois aspectos da especulação. A captação e os atrasos na transferência dos recursos captados através dos mais variados serviços prestados para o governo e também para particulares. No prazo em que retinham este dinheiro, até por 30-45 dias, os bancos o estavam aplicando. E os depósitos à vista, sobre os quais os bancos não pagavam nada, e aplicavam no mercado financeiro e obtinham correção monetária e juros. Uma operação altamente lucrativa.

ram congelados pelo pico. É um congelamento relativo porque para a maioria das mercadorias não há condições de ser efetivo, por mais que o povo se mobilize. E é um congelamento, este o aspecto mais importante, temporário. O governo pretende apenas trazer a inflação para um patamar mais baixo. Isto não tem nada a ver com o congelamento reivindicado pelos trabalhadores que pediam e pedem o congelamento dos gêneros e serviços de primeira necessidade. Um conjunto de bens de mais fácil controle. Um congelamento duradouro que tenha um efeito real sobre o padrão de vida dos trabalhadores, que favoreça a redistribuição da renda, aumentando salários, por um lado, e congelando os preços pelo outro. O governo deprime os salários e congela precária e temporariamente os preços. Isto não vai melhorar as condições de vida do povo.

E como enfrentar politicamente esta questão?

Duarte: Uma das táticas do governo tem sido a tentativa de tomar do movimento operário e popular várias bandeiras, deformando-as. Isto foi feito com a

reforma agrária. E agora com o seguro-desemprego. O mesmo ocorre com o congelamento. Nós não devemos, por isto, abandonar a luta por um congelamento verdadeiro. Ao contrário, devemos manter a tradição histórica. Ao mesmo tempo é necessário não separar a luta pelo congelamento dos preços da luta salarial. Só atacando o problema pelos dois lados se obterá benefícios para os trabalhadores. Isto acompanhado de uma visão crítica, absolutamente clara, acerca do caráter básico do pacote. Não cabe sequer ficar naquela posição centrista, eclética, conciliadora, de ver aspectos positivos e negativos. O pacote tem um caráter determinado, como todas as coisas, tem uma coerência interna, e o seu sentido básico é antidemocrático, antioperário e antipopular. Além disso, trata-se de preparar os trabalhadores para levar adiante esta luta quando o governo quiser suspender o congelamento. E, desde já, exigir que ele seja estendido para vários preços muito importantes e até agora não tabelados, como boa parte dos produtos agrícolas. O governo alega que dependem da safra e da entressafra. Ora, se o governo pretendesse fazer um congelamento prolongado, para melhorar o padrão de vida do povo, poderia compensar as perdas de um período com as altas de outro, poderia dar apoio ao pequeno produtor e realizar uma reforma agrária efetiva. Mas não é esta a ótica do governo.

Há quem atribua ao pacote, sobretudo, objetivos políticos. Como você vê a relação entre os objetivos políticos e econômicos do pacote?

Duarte: Eu penso que os motivos básicos são os de natureza econômica. Relacionam-se com o processo de inflação acelerada e a ameaça de hiperinflação. A isto se somou um fator político que levou o governo a antecipar a decisão. Estão ligados à crescente crise que o governo enfrentava. Porque este governo nasce de uma aliança de forças muito heterogêneas, estabelecidas com o objetivo essencial de apressar o fim do regime militar. Sou daqueles que acreditam ter-se justificado taticamente esta aliança. Mas era uma aliança intrinsecamente temporária. Portanto, a diferenciação de forças, a crise daquela aliança, era benéfica e inevitável na medida em que o processo fosse em frente. Mas era um problema grave para o governo. Se a isto somássemos a possibilidade de movimentos grevistas amplos, numa situação de hiperinflação, o governo poderia se ver numa situação crítica. Tomando as medidas antecipadamente o governo procurou reconquistar a iniciativa.

A candidatura Antonio Ermírio é uma consequência do pacote?

Duarte: Na minha opinião há um processo de luta em andamento no seio do governo que deve estar ligado a esta candidatura. Não acho procedente a idéia de que está inteiramente resolvida a disputa entre o setor bancário, financeiro, e o setor industrial da grande burguesia brasileira. Neste contexto, a candidatura de Antonio Ermírio visa, por um lado, contrabalançar o crescimento das forças populares mais avançadas e, por outro, fortalecer o setor mais industrial, dando lugar de destaque à grande burguesia industrial paulista.

Oto Filgueras / José E. Utzig

Desafiando a meada

Sergio Weigert

Vamos direto ao que interessa: o pacote do governo representa uma continuidade ou uma ruptura, é um mero remendo ou pode representar uma poderosa alavanca de acumulação capaz de transportar o capitalismo para uma nova etapa de desenvolvimento?

Respondo afirmativamente. Até o momento, a maioria das análises do projeto tenderam a subestimá-lo. A explicá-lo — como se isto ajudasse muito — como uma série de medidas contra a inflação. O pacote é isto também. Mas o combate a inflação e a especulação financeira aparece apenas como a ponta do iceberg de um processo que, de fato, no meu entender pretende redefinir toda a economia brasileira, e que tem fundamentos internacionais.

Outro aspecto que vale a pena ser assinalado de passagem é que muita gente, inclusive que se diz marxista, trata a questão do combate a inflação como se fosse uma guerra santa de toda a nação contra o inimigo número um. Ora, as vezes, convém deter-se em alguns parágrafos que os liberais nos legam: "O irrealismo, nos diz Raymundo Faoro, está todavia no entendimento de que, na realidade, para valer, todos queiram erradicar a inflação, como se todos poderosos e inermes, por ela estejam ameaçados e ela a ninguém favoreça. Muitas vezes, pela pena de muitos estudiosos, desde Calógeras até autores recentes, tentou-se traçar um perfil de classes, as que se aproveitam e as que sofrem com o desajuste financeiro. (...) Muitos dos que atacam por palavras, a alimentam às escondidas e a estimulam. Será que esse imenso cipoal financeiro que embarça, com o propósito de dirigir a economia nacional, quer matar, com um golpe impiedoso, a galinha dos ovos de ouro?" É preciso referir também que, no fim das contas, são os trabalhadores os que mais ouvem o alarido contra a galinha dos ovos de ouro, mas são eles que terminam pagando o pato.

Além disto também considero que andamos muito pouco — embora seja necessário fazer isto, principalmente, do ponto de vista da luta política — se nos detivermos exclusivamente a denunciar os aspectos

fragmentários do projeto. Assim, todos nós repetimos que os salários foram congelados pela média e os preços pelo pico. Mas isto representa a essência do pacote? Além disto, que situação objetiva permitiu a edição do pacote? O que, afinal estava acontecendo que propiciou uma aliança no interior das classes dominantes a fim de redefinir a economia em um sentido inverso daquele que até então ela vinha caminhando?

Como se vê, agora, só se ouve falar em dinamizar o setor produtivo, por um fim aos "parasitas" que viviam a custa da especulação e assim por diante.

No entanto, estes gritos de guerra não começaram no Brasil. Há algum tempo vários economistas e estudiosos vinham chamando atenção para as possibilidades de um colapso generalizado na economia mundial. "Quer uma imagem para representar as condições atuais da economia mundial? pergunta Carlo de Benedetti, um dos maiores empresários do mundo, em entrevista reproduzida pela revista *Senhor*. Imagine uma astronave carregando mil bilhões de dólares de créditos concedidos a gente que nem pode pagar os juros e que não cogita de devolver o capital. A astronave voa por uma rota que a leva fora da órbita terrestre. Seu combustível são os juros. Toda a vez que os juros se elevam, toda a vez que não baixam dos seus níveis atuais, a astronave dá um salto espaço adentro. Nós todos, obviamente estamos a bordo. (...) Quem amou o desastre foi a comunidade dos banqueiros internacionais (...)" Em outras palavras, Benedetti, referia-se ao "cassino" montado pelo sistema financeiro onde os juros despregados completamente de qualquer relação com a taxa de lucro, gerada no sistema produtivo, reproduziam-se rapidamente, girando numa atmosfera autônoma. Era o capital-dinheiro, representado por títulos e papéis, possuído por uma espécie de síndrome do suicídio, pois chegaria um momento em que estes papéis, nada mais valeriam na medida mesmo em que, descolados do processo produtivo não seriam a representação de mercadorias. Em síntese não conteriam trabalho. Constituía-se, assim: um castelo cartas, absolutamente fictício.

Ao mesmo tempo estrangulava-se o crescimento produtivo em dois sentidos: 1) como as taxas de juros, eram muito altas, não só as grandes empresas podiam pagar tão caro o capital necessário ao investimento, além do que os bancos, também começavam a selecionar os clientes, desconfiados que talvez pudessem estar emprestando dinheiro a alguém que não tivesse possibilidade de resolvê-lo no nível das taxas de juros: 2) por outro lado como era muito difícil resistir a sedução da especulação as empresas começavam a funcionar com uma enorme capacidade ociosa, o que implicava, necessariamente em desemprego. Ora, como não há outra possibilidade de acumulação e crescimento senão a mais valia extraída da classe operária no processo de produção, a diminuição de operários, obviamente, limitava as possibilidades de extração de uma massa maior de mais valia. Limitando, portanto, as possibilidades do crescimento. E, para piorar ainda mais a situação, a mais valia gerada no setor produtivo era carregada, através também da inflação, para os bancos que investiam em tecnologia de ponta (informática). Isto, obviamente, fazia com que a produtividade aumentasse, manifestando-se, portanto, a lei da queda tendencial da taxa de lucro, agravando ainda mais o problema da acumulação.

Obviamente, neste quadro que estou pintando, como em toda boa a economia capitalista uns perdiam e outros ganhavam. E quem ganhava eram os banqueiros: lembram-se da famosa frase de Antonio Ermírio, (para citá-lo mais uma vez): "na época da Revolução Francesa havia três partidos, que eram os nobres, o clero e o resto. Nós temos dois, no Brasil, que são os banqueiros e o resto". Ora, se Ermírio de Moraes — que não pode ser propriamente considerado alguém que leve uma "vida

difícil" — falava assim, não é preciso muito esforço para perceber quem, na base da pirâmide, era espoliado ao extremo. Nesta situação, em que a massa de mais valia era pouca é óbvio também que as possibilidades de acordo entre as frações do capital não eram muito promissoras.

Portanto, apenas com o aumento da massa mais valia, expressão da mais extremada exploração do proletariado, e que traduziu-se numa relativa recuperação da economia é que, foram colocadas as possibilidades para o plano de estabilização do governo.

Plano que, no meu entendimento, significa um acordo entre os setores mais poderosos da burguesia industrial e os grandes banqueiros, a fim de que não se interrompa o crescimento da economia. Em síntese trata-se de um projeto que busca gerar o máximo de mais valia na produção a fim de que os bancos não se vejam impossibilitados de investir e tampouco estrangule-se a produção industrial. Um projeto portanto para durar, e sustentar estes setores crescendo em "harmonia". (É só observar a reforma do sistema financeiro que está sendo proposta (análise impossível de ser realizada aqui) para perceber-se nitidamente isto.)

Este acordo entre industriais e banqueiros, de certa forma, foi selado pela lapidar afirmação de Amador Aguiar (Bradesco) de que eles já haviam lucrado tanto que poderiam "conter-se" um pouco.

Os pontos do plano expressam, a quem queira perceber um pouco mais fundo, que, como disse no início, pode significar uma poderosa alavanca para o capitalismo alcançar uma nova etapa de desenvolvimento. Onde se "apertará" ainda mais a fusão entre o capital industrial e bancário.

Em primeiro lugar ao zerar a inflação, ou reduzi-la a níveis muito baixos, dá-se oportunidade a que a burguesia industrial retome a espoliação da mais-valia no seu sentido "clássico". Explico-me: o conjunto das classes dominantes aumenta o grau de extração da mais valia sobre

Em Fortaleza, o PCdoB alia-se à reação para boicotar a Prefeitura do PT

A Secretaria de Imprensa da Prefeitura de Fortaleza, instalada em apenas quatro salas, possuía mais de 500 funcionários. Todos os órgãos municipais mantinham jornalistas — que nunca foram trabalhar — em suas folhas de pagamento. A Superintendência do Planejamento mantinha 359 funcionários fantasmas (113 jornalistas). A Superintendência do Desenvolvimento dos Desportos empregava 90 bolsistas (ao custo de Cz\$ 75 mil mensais). Desses, 31 no Centro Social Urbano João XXIII, que não existe. Os demais (também) não trabalhavam ou tinham outro contrato com a Prefeitura. Cezário Saraiva da Cruz, ex-diretor da Secretaria de Administração, obrigava duas funcionárias municipais a trabalharem como domésticas em sua casa. Mais de 350 mil cruzados foram pagos à empregadas que nada construíram. Na Secretaria de Transportes 166 pessoas recebiam gratificações sem trabalhar. Duas eram crianças. Todas as nomeações foram feitas pelo ex-prefeito César Cals Neto. Na Câmara Municipal, o vereador Marcus Oliveira, PMDB, empregou suas quatro filhas, sendo uma delas menor.

Esses são apenas alguns fatos relacionados pelo dossiê "Fortaleza — Nunca Mais", um documento de 104 páginas elaborado pela administração municipal, caracterizando detalhadamente a situação encontrada e as medidas que tomou. O dossiê foi ignorado pela imprensa nacional. Em Fortaleza, por exemplo, os jornais preferiram criticar uma informação equivocada contida no documento (referente ao nome de oito funcionários e seus vencimentos). Equívoco, aliás, já esclarecido publicamente pela Prefeitura. Contudo, sobre a correção, nada comentaram os jornais.

Como observou Henfil na edição nº 872 do jornal *O Pasquim*, "na imprensa dos grandes senhores feudais, a campanha anti-Maria ocupa mais espaço que o pacote dos cruzados."

Unido aos setores mais reacionários de Fortaleza, o PCdoB transformou-se no principal executor do boicote à Prefeitura. Aliás, o boicote é coordenado pelo governo Gonzaga Mota, PMDB que já pintou de liberal em outros tempos. Dirigindo a federação das associações comunitárias, o PCdoB monopoliza a distribuição do leite enviado pela Sudene para os flagelados das últimas chuvas. Só recebe o produto quem apoiar o partido. Com isso, pretendem marginalizar a Fundação do Serviço Social de Fortaleza (FSSF), entidade reconhecida pelo apoio efetivo à população periférica — como no caso do Parque Ibiapaba, onde há pouco a Prefeitura impediu uma ação de despejo coletivo e a FSSF encaminha providência para assegurar a infra-estrutura mínima.

Limitada pelas dificuldades financeiras (dos 71 mil cruzados arrecadados nos primeiros 45 dias, 70 mil destinaram-se ao pagamento de salários atrasados). Além de problemas funcionais e administrativos (ninguém sabe quanto são os funcionários municipais), a administração popular do PT enfrenta uma campanha virulenta dos meios de comunicação, especialmente depois da publicação do dossiê da corrupção. Por exemplo, na atual campanha para solucionar o sério problema do lixo (a Prefeitura consegue coletar apenas duas mil das duas mil e seiscentas toneladas diárias), a TV *Verdes Mares*, ligada à rede Globo,



negou a divulgação do material publicitário, alegando a existência de dívidas das administrações passadas. Isot é, não aceitou dinheiro da Prefeitura porque a Prefeitura devia-lhe dinheiro. A campanha acabou sendo capitalizada pelo governo estadual que, por 15 dias, cedeu 13 caminhões (de empresas particulares), enquanto a Prefeitura mantém mais de cem caminhões nas ruas. Segundo a imprensa, porém, quem "limpava" a cidade era o governador.

Vale tudo contra a administração municipal. Recentemente o jornal *O Povo* publicou uma charge de Maria Luiza caricaturando-a como uma prostituta e não bastasse isto uma plaqueta catalogava-a como "carne de 5ª categoria".

No comício realizado dia 25 de março, quando a prefeita divulgou o dossiê da corrupção, um panfleto anônimo chamou-a de "rampeira abandonada". Como já foi denunciado no programa do PT, transmitido nacionalmente pela televisão, a oposição articulou um plano desestabilizador, que inclui pontos como a incompatibilização da Prefeitura com a Câmara Municipal, o impedimento de créditos ao município, estímulo aos movimentos grevistas e bloqueio dos meios de comunicação. Aliado ao MR-8 e aos coronéis do PMDB, do PDS e do PFL (César Cals, Virgílio Távora e Aduino Bezerra) o PCdoB mantém sob controle os principais DAs e DCEs, boicotando as iniciativas municipais de apoio aos estudantes, tanto no que se refere aos estágios profissionais como na definição de uma política cultural para Fortaleza, através de um projeto elaborado e dirigido pelos universitários. Há poucos dias, aquele partido organizou uma concentração de protesto contra a Prefeitura, sob a falsa alegação de que as meias-passagens estudantis seriam reduzidas. Pelo contrário: a Prefeitura de Fortaleza prepara um decreto devolvendo aos estudantes o controle da passagem escolar. Contra a vontade dos organizadores, a prefeita Maria Luiza Fontenele, compareceu à concentração e, mesmo sem acesso à microfonia, desfez a mentira. A manifestação acabou em pancadaria e, depois, originou duas passeatas. Uma, apoiada entusiasticamente pelo vereador Marcus Fernandes (líder do PMDB, homem de conhecidas ligações com a repressão e relacionado nas corrupções catalogadas no dossiê, criticando Maria Luiza. A outra, aplaudindo seus atos e a sua presença no campus universitário para discutir com os estudantes — atitude, aliás, inédita na história da cidade.

a classe operária aplicando o mecanismo da inflação, no entanto, entre eles, uns não ganham tanto quanto outros. A inflação é um mecanismo que também permite aos rentistas concentrarem a mais valia gerada na produção, transferindo, portanto, uma parte dela das mãos da burguesia industrial para as suas. Não é por outra razão que a burguesia industrial botava a boca no trombone com os níveis altíssimos de inflação afirmando que não conseguia "trabalhar" desta forma. Exatamente, porque a mais valia extraída por ela, através deste processo era "impiedosamente" "desviada" para o setor financeiro.

Conseqüentemente altas taxas de inflação terminam também por prejudicar a burguesia industrial. Para ela, falando a grosso modo, o que mais interessa é o rebaixamento do salário, e, conseqüentemente aumento da taxa de mais valia, através da diminuição do tempo socialmente gasto para a reposição da força de trabalho da classe operária. Porque como qualquer mercadoria o valor da força de trabalho mede-se pelo tempo de trabalho socialmente gasto para produzi-la. Portanto há que baixar este tempo. Isto é conseguido, aumentando a produtividade na produção de alimentos. Neste sentido, basta observar algumas medidas já anunciadas para perceber que as coisas estão caminhando

por aí: a manutenção do juro agrícola em 3 por cento, a taxação maior para produtos que se destinem a exportação, como, por exemplo, a soja, rebaixamento dos preços dos insumos, incentivo a utilização de máquinas e implementos agrícolas, início do plano de Reforma Agrária do governo nas áreas já definidas. Além disso convém não esquecer que a alimentação sempre foi o ítem que capitaneou o processo inflacionário. Depois do pacote, os preços dos alimentos caíram 5 por cento, segundo dados do IBGE. Tudo isto implica em redução salarial em aumento de mais valia.

Se acrescentarmos a isto a forma como foi feito o congelamento salarial (pela média) e a "mobilização dos 'fiscais' de Sarney", munidos de suas tabelas da SUNAB, numa "guerra santa" contra a remarcação, poderemos perceber que, neste procedimento, ao mesmo tempo, que extraiu-se de imediato uma considerável massa de mais valia, também já apontou o caminho que se pretende continuar seguindo.

Por outro lado, do ponto de vista dos banqueiros, a reforma que está sendo elaborada imagina a existência de uns três ou quatro bancos na-

cionais (Itaú e Bradesco, obviamente, são os candidatos indiscutíveis) e uma regionalização das outras instituições, que teriam a finalidade de financiar projetos industriais menores. Como já disse, não é possível neste espaço detalhar todos os seus passos, mas o sentido geral, é do fato, soldar a aliança entre a burguesia industrial e os bancos, constituindo-se uma sólida e dinâmica estrutura de desenvolvimento.

Obviamente estão fora deste acordo todos aqueles que convencionou-se chamar de "capital aventureiro", bem como os setores que intermediavam os produtos básicos. Os primeiros (corretoras pequenas e médias "independentes") ou serão absorvidas ou simplesmente desaparecerão. Os segundos caminharão no mesmo sentido, porque não tem condições de racionalizar os custos desta intermediação, conseqüentemente tenderão a aumentar os preços dos alimentos que, como vimos, devem manter-se baixos. Aliás, (antes que esqueça) especula-se sobre o descongelamento dos preços. E de fato, eles poderão acontecer. Porém, do meu ponto de vista, só depois que estiver relativamente assegurada uma estrutura de produção e intermediação dos alimentos que permita, garantir baixos os salários conseqüentemente alta a extração da mais valia. Do ponto de vista dos bens de consumo duráveis seria absurdo supor que teríamos novamente a varinha de condão do crediário a enfeitiçar a classe média? Ou será por acaso que Funaro já falou que quer constituir uma sólida classe média no país?

Como disse no início, quis apenas responder a uma questão que me parecia (e parece crucial) por isto abordei apenas aqueles aspectos que, a meu modo de ver, apontam para o significado essencial do pacote.

Obviamente isto trará grandes decorrências nas concepções dos revolucionários. Por exemplo, o abandono de uma certa visão catastrofista sobre o capitalismo. Em síntese talvez tenhamos que compreender que o dilema, socialismo ou barbárie, não está batendo a nossa porta, e por isto mesmo temos que afirmar toda radicalidade da revolução contra a reforma.

O indivíduo e o partido*

(Sobre a questão do centralismo-democrático)

— Adeldo Genro Filho —

Qual o estatuto das individualidades no interior de um partido revolucionário tal como Lênin o concedeu e, em certa medida, o realizou? Qual o fundamento da autoridade que decorre de sua hierarquia e quais as premissas teóricas que justificam e limitam essa hierarquia?

Tendo em vista a tarefa de construir um partido revolucionário que lidere o proletariado e os segmentos mais avançados das massas populares na construção do socialismo, num país como o Brasil, em plena era do capital monopolista, neste último quartel do século XX, tais questões são sumamente importantes. É verdade, por um lado, que o partido não pode ser pensado como a pré-figuração da futura sociedade sem classes, pois desse modo ele perderia sua eficácia instrumental para a transformação da sociedade presente. Por outro lado, embora os meios não seja idênticos aos fins, eles devem representar necessariamente uma articulação dialética com estes. Noutras palavras, o partido tem tanta relação com o socialismo e o comunismo quanto uma semente tem relação com o seu fruto. A estrutura, a funcionalidade e a substância são diferentes, mas sementes de laranjas somente poderão dar origem a laranjas.

Um partido revolucionário que funcione na base na manipulação, que não saiba incorporar a imensa potencialidade contida nas diferenças individuais, não conseguirá ser revolucionário por muito tempo. O organismo partidário tenderá a reproduzir os mesmos "pobres de espírito" que necessita para o seu funcionamento regular.

Uma rápida olhadela na história dos PCs até hoje justifica plenamente essa preocupação. Portanto, os problemas teóricos envolvidos nesse debate dizem respeito a questões políticas que estão colocadas no dia-a-dia da militância. E não vamos encontrar a solução para tais problemas teóricos simplesmente relendo as obras de Lênin.

A sociedade russa do início do século era menos complexa em termos econômicos, sociais e culturais. Além disso, é necessário considerar que tais questões, em seus fundamentos teóricos mais gerais, sequer foram resolvidas satisfatoriamente pelo próprio marxismo. Entre o "homem total" de Garaudy que, nos últimos anos, não por acaso desembocou no misticismo confesso, e a concepção dos indivíduos como "suporte de relações sociais", tal como defendem os estruturalismos

marxistas, há mais do que uma simples divergência entre duas linhas de investigação. Há um verdadeiro abismo.

Um abismo que indica um problema não resolvido no próprio marxismo, a saber, o estatuto teórico da individualidade no interior da práxis coletiva.

O último Sartre, que se coloca no campo de um socialismo revolucionário, define sua própria filosofia como um influxo para que o marxismo assimile o problema ontológico da subjetividade e a irredutibilidade do indivíduo. No entanto, como observam alguns autores marxistas, Sartre jamais abandonou as premissas idealistas de uma práxis que é pensada como relação do indivíduo com o mundo, e só num segundo momento como autoprodução coletiva. Os marxismos estruturalistas "vergam o bastão" para o lado da práxis coletiva e chegam ao outro extremo: a história entendida como "processo sem sujeito".

Uns constroem uma metafísica do homem. Outros, uma dialética sem ele. Assim, reconhecendo o contexto teórico das indagações levantadas no início, talvez possamos avançar alguns milímetros. As contribuições teóricas de Lênin, como sabemos, convergem para sua "tese do partido de vanguarda". Esta, por seu turno, tem no conceito de "centralismo-democrático" sua dimensão fundamental. Se o partido leninista significa o reconhecimento de que, no capitalismo, a reprodução de uma práxis revolucionária exige uma organicidade sob a égide das idéias, o centralismo-democrático é precisamente a condição dessa organicidade constituída conscientemente. O centralismo-democrático visa realizar o conceito de práxis no sentido integral, tal como ocorre ao nível de cada indivíduo, no qual a atividade prática é prioritária, mas a consciência é dimensão diretora do processo. É claro que essa práxis teleológica que se configura na instância individual só é possível — e portanto só pode ser concebida — no contexto da práxis coletiva. Através do centralismo-democrático a consciência é potencializada através da diversidade de idéias e do debate, sem que a ação seja fragmentada, permanecendo a subjetividade como dominante. Do mesmo modo que acontece em cada homem individual, mas com a vantagem de que o partido torna-se um sujeito coletivo, ele pode assim interferir decisivamente no direcionamento da práxis coletiva.



O partido de vanguarda idealizado por Lênin é, portanto, uma espécie de "contrato moral" entre indivíduos revolucionários que pretendem potencializar-se, através de uma relação determinada, como sujeito coletivo. Toda a atividade dentro do partido deve ser consciente em virtude da natureza do "contrato" que ele implica. Mesmo a submissão da minoria à maioria, em seu fundamento, não é algo imposto do exterior, uma coerção da maioria sobre a minoria. Mas uma atitude livre da

minoria condicionada pela própria adesão ao projeto de uma práxis coletiva que busca uma eficácia histórica. Quando a minoria não respeita a unidade de ação, ela rompe com os pressupostos ao qual aderiu formalmente, negando pela base um determinado projeto concretamente considerado. O debate, a crítica e a persuasão constituem a forma pela qual se revigora o projeto original e os termos do seu "contrato", enquanto a coerção envolveria um tipo de autoridade cujo fundamento não está contido na origem.

No limite, um partido revolucionário em moldes leninistas realiza a exclusão dos recalcitrantes, nunca busca coagí-los por meio de outros gêneros de autoridade, à semelhança do que acontece com o Estado de classes e suas instituições burocráticas. Logo, o fundamento da autoridade dentro do partido é uma função coletivamente instituída e livremente aceita, não decorre de uma lógica exterior à consciência dos indivíduos e ao projeto que aderiram. A hierarquia e a submissão dentro do partido são momentos orgânicos estritamente políticos, que não possuem sua gênese na autoridade.

Ao contrário, a gênese da autoridade e da hierarquia instituídas está na liberdade que uniu indivíduos revolucionários em função de um projeto político e histórico. Em síntese, não é a liberdade que é concedida pela autoridade dentro do partido, mas é esta que nasce da liberdade essencial que está na origem do projeto. E para quem acha que a diferença é pequena, pode-se acrescentar que, no primeiro caso, temos o funcionário público, no segundo, o revolucionário responsável e criativo.

O artigo de Sergio Weigert ("Revolucionário ou burocrata?"), publicado no número 5 de *O Amanhã*, possui o mérito, entre outros, de colocar esse debate muito pertinente para os marxistas-leninistas. Não obstante, ao criticar a concepção stalinista de um partido cujo fundamento é místico e transcendente, pois situa-se acima dos indivíduos concretos que o constituem, faz certas afirmações que dão margem a uma compreensão liberal sobre o partido de vanguarda. Diz, por exemplo, que "a essência do centralismo democrático está, justamente, na persuasão e no convencimento". Ou que são "a persuasão e o convencimento o núcleo do centralismo de Lênin". Se tais afirmações demarcam com a visão de um partido cuja organicidade esteja fundada numa relação burocrática e coercitiva, não o fazem com a visão liberal sobre partido. É certo que a persuasão e o convencimento são a forma pela qual deve-se dar o relacionamento orgânico, mas o "núcleo" ou a "essência" do centralismo-democrático está na adesão ao projeto de uma práxis revolucionária coletivamente articulada.

A essência do centralismo-democrático não é nem a coerção, nem o simples resultado da dialética das idéias, mas o estatuto moral que está na base da união dos indivíduos revolucionários num partido de vanguarda, buscando a revolução socialista e a construção do comunismo.

Portanto, o centralismo-democrático é o pressuposto orgânico para a construção de um partido revolucionário que atue como vanguarda da classe operária. Mas, ao mesmo tempo, a plena realização desse princípio exige o enraizamento do partido na classe. Isso significará que uma organização constituída "de cima para baixo", em moldes leninistas, é indispensável para que possa enraizar-se nas massas operárias e populares e exerça um papel de vanguarda revolucionária, com identidade político-ideológica específica e fronteiras orgânicas bem definidas. Por outro lado, o centralismo-democrático envolve atividades internas e externas, o que impede sua completa realização — que não pode ser destacada dos seus fins revolucionários — numa organização desvinculada da classe operária e dos movimentos de massa. A partir dessa dupla relação, interna e

externa, os comunistas devem entender o centralismo-democrático não como um equilíbrio entre dois princípios opostos, mas como dois aspectos de um mesmo princípio. Isso é importante, à medida em que a concepção leninista de partido supera a visão idealista que absolutiza numa antítese o centralismo e a democracia. Não se trata de limitar a democracia através do centralismo e vice-versa, mas de realizar praticamente a democracia através do centralismo e potencializar uma ação unitária via democracia. O centralismo-democrático, dessa forma, é um conceito que implica numa democracia superior, já que a vontade da maioria, em cada comento, é elevada até o patamar da ação coletiva, ultrapassando o conceito de liberdade como mera ficção jurídica.

Por isso, num partido que se pretende marxista-leninista, quando não há democracia interna, corrompe-se o sentido e o conteúdo do centralismo, que se torna, inevitavelmente, burocrático e manipulatório. Da mesma forma, quando o centralismo não funciona a "democracia" que resulta é apenas um arremedo da democracia liberal-burguesa.

Os indivíduos e as partes não conseguem realizar efetivamente sua liberdade enquanto ação coletiva, pois ela fica restrita ao plano formal, sem qualquer eficácia prática.

A concepção stalinista de partido não pode ser entendida apenas como um acidente histórico e, muito menos, como produto de um único cérebro maquiavélico e insano. Trata-se de uma tradição com raízes profundas no movimento comunista, que envolve inclusive as limitações teóricas na abordagem do partido de vanguarda. Não parece correto pensar, como alguns ex-marxistas, que o partido de tipo leninista reproduz necessariamente o estilo burocrático, o autoritarismo e a subserviência intelectual que alimenta a mediocridade. O organismo partidário projetado por Lênin reproduz e amplia a qualidade que está em sua origem, ou seja, as condições de sua própria sobrevivência e viabilidade. No caso, a concepção stalinista não rompe com o consciência média da sociedade: o senso comum do filisteu pequeno-burguês que, no dizer cáustico de Marx, caracteriza-se por ser tirânico com os de baixo e subserviente com os de cima. Para superar esse estilo de partido e a visão teórica que lhe dá sustentação, não basta considerar Stálin como um "cão morto". Ao contrário, é preciso lembrá-lo constantemente para que através da crítica e da reflexão teórica possamos superar os impasses que ele nos legou, construindo um partido revolucionário combativo e eficaz. Um partido constituído por indivíduos revolucionários na aceção profunda do termo e que seja capaz de produzi-los aos milhares.

*Este texto, de Adelmo Genro Filho, insere-se no debate sobre a questão do partido leninista e do centralismo-democrático a que estamos dando prosseguimento. Entretanto, não foi redigido com a finalidade deliberada de não responder ao artigo de Tarso Fernando Genro, "Sobre a grosseria e o centralismo", publicado em nosso número anterior. O ensaio de Adelmo chegou-nos antes que o jornal houvesse saído a público, porém depois de encerrados os prazos para sua edição. (N.E.)

CGT: que unidade é essa?

"Houve duas sérias crises ministeriais e foi nestas crises que surgiu o Comando Geral dos Trabalhadores. O Comando queria substituição democrática dos ministros" (Prestes: Lutas e Autocríticas — Editora Vozes). Assim é que Luiz Carlos Prestes refere-se ao surgimento da CGT em 1961 e seus propósitos políticos.

Sua irmã gêmea, recém criada no dia 23 de março, a partir da plenária da Conclat, em nada diferiu quanto aos propósitos políticos da CGT de 61: estabelecer a unidade dos trabalhadores numa perspectiva meramente democrática. Em 61, as condições em que se dava a luta de classes eram diferentes das atuais. Hoje não existe a mínima possibilidade de, sob o domínio dos monopólios, submeter a unidade dos trabalhadores a uma plataforma simplesmente democrática como a que foi aprovada na fundação da CGT.

Aliás, o PCdoB, que chama para si a maior parte da responsabilidade da fundação da CGT, naquele seu já famoso espírito ufanista, regozija-se com a aprovação dos "princípios da CGT", onde explicitamente é colocado "promover a solidariedade entre os trabalhadores brasileiros . . . desenvolvendo todos os esforços na busca da paz, do progresso, da democracia e da independência nacional". Com tal princípio, o PCdoB, de fato, deve estar tranquilo, porque foi muito bem recebido pelo governo e igualmente pelos representantes da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Assim, quando Prestes revela nas "Lutas e Autocríticas" que "o PCB atuava abertamente, com fácil acesso ao presidente, a seus assessores e ministros", nada há de estranho ou de simplesmente passado. Afinal, hoje tanto o PCB quanto o PCdoB — em que pesem dissabores — andam de mãos dadas entretendo o movimento de massas, aliciando fervorosos defensores do governo da Nova República. Tudo, evidentemente, em nome da unidade dos trabalhadores.

POLÍTICA REBOQUISTA

Esses maquinistas, que com o carro-chefe da CGT, buscam rebocar o movimento de massas para o apoio ao governo, acusam, deslavadamente, a CUT e o PT de divisionistas, justamente porque estes combatem a Nova República. E aí fica claro, até para o mau entendedor, que, para eles, quem se opõe ao governo da Nova República quer dividir o movimento operário e popular.

Contudo, nem todos os trilhos levam à mesma estação, como supõe o PCdoB, e este, por onde se enfiou, conduz à traição da classe operária, fazendo com que esta realize as aspirações mais apaixonadas do governo Sarney: a transição à democracia dos monopólios, via constituinte.

Buscando atrair a classe operária para o projeto burguês-monopolista, o PCB e o PCdoB agitam a bandeira da unidade, obscurecendo o que nela há de mais central. A unidade — ao contrário do que dizem os reformistas — deve ser entendida como produto da articulação das necessidades concretas dos operários com propostas políticas que avancem com radicalidade sobre os limites que vão sendo impostos pela burguesia, a mesma com que o PCB e PCdoB mantêm os mais estreitos laços. Não é à toa, portanto, que a Tribuna da Luta Operária, alinhada às posições do PCdoB, no seu editorial do nº 255 (10 a 16 de março/86) diz claramente: "Os trabalhadores e as donas-de-casa, com orgulho patriótico, tomaram nas mãos as funções de fiscais, entendendo que estabilizar a economia nacional corresponde ao interesse maior do Brasil".

PAPEL DA CGT

É para cumprir este papel — o de estabilizar a economia prognosticada pela transição burguesa — que a CGT foi criada. Não é de estranhar, portanto, a presença do Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, como convidado especial à plenária de fundação da CGT. Pazzianotto não disse, mas deixou claro que levou as bênçãos do governo, pois, afinal, o governo espera muito da CGT: que ela consiga unir os trabalhadores — principalmente os mais combativos — ao programa da transição burguesa.

SUPERAR A DIVISÃO

Quanto à plataforma de lutas da CGT, nada há de diferente em relação àquelas bandeiras empunhadas pela Conclat. Também, com Joaquim dos Santos Andrade — o Joaquinão — na Presidência, José Francisco da Silva, da Contag, na 1ª Vice-Presidência e Antônio Rogério Magri (eletricitários de São Paulo) na Secretaria de Relações Exteriores contra o qual pesam fortes acusações de ser agente da CIA e reconhecidamente estar ligado à central sindical norte-americana (AFLCIO) e muito convenientemente assumiu essa secretaria, não se pode esperar grande coisa em matéria de combatividade.

Contudo, nem todos os gatos são pardos na CGT. É preciso ter claro que é possível disputar, com a hegemonia pelego-reformista, amplos setores de massa que ainda demonstram vitalidade para o confronto com a burguesia, especialmente na luta contra o pacote do governo Sarney.

Para tornar possível essa disputa, é indispensável que a CUT tome a iniciativa, como ocorreu na campanha salarial de 85, de encaminhar lutas comuns com a CGT a partir da ação direta nas suas bases, atraindo os segmentos mais dispostos à luta, deslocando-os da retrógrada e mesquinha unidade proposta pelos reformistas.



Quando amor e revolução são práticas indissolúveis

Veja Luiz Avila/ZH



“O Beijo da Mulher Aranha” A dignidade instalada

Maria V. da Silva

O autor americano Tennessee Williams encontra-se com o poeta russo Ievtuchenko em algum bar de Nova York. Falam os dois sobretudo de arte, teatro e poesia. Embora tomem vinho, em Tennessee sente-se claramente um leve bafo de Scotch, e em Ievtuchenko, o cheiro psicológico da vodka.

Desde o início, Tennessee tinha uma pergunta a fazer ao poeta russo que, por timidez, ou por falta de oportunidade, não fizera ainda. Quando desce sobre a mesa a terceira garrafa e os olhos dos dois são afáveis e amigos, ele arrisca:

— E lá na Rússia, como tratam vocês a questão do homossexualismo?

Ievtuchenko, o invertebrado maldito sem pátria, o lúcido contra Stálin, apenas retruca:

— Lá nós não temos este problema.

Esta é uma afirmação que certamente faria Valentín, o revolucionário que divide sua cela com o homossexual Molina no filme “O Beijo da Mulher Aranha”.

A difícil trajetória da humanização

Não foi por um mero acaso que Hector Babenco, o diretor, e William Hurt (ator que interpreta Molina), brigaram já no primeiro dia de filmagem. O homossexual, que Hurt interpretaria, seria o nervo exposto do filme. De sua atuação dependeria o sucesso ou o fracasso do filme e sobre ele pairava o futuro de todos os que, de uma ou outra maneira, investiram emoção, dinheiro e carreira na tarefa quase impossível de fazer um filme verossímil, lidando fundamentalmente com personagens estereotipadas.

Decididamente, Babenco foi brilhante. Impôs sua visão da personagem a Hurt, passando por cima, inclusive, de seu primeiro pai: o escritor (argentino como ele) Manuel Puig. Fazendo isto, ele descartou as escapadas humorísticas que pode-

riam “corromper” o filme. Faz um filme denso, escuro e, no entanto, de quebra nos presenteia com a dignidade que, pouco a pouco, Molina e Valentín vão adquirindo. Na medida em que, no filme, abrem-se cada vez mais os conflitos, estes insinuam-se sobre verdades quase intocáveis, e ensinam as terríveis leis dialéticas que, ao serem explicitadas em um instante, no seguinte iniciam a devorar-se e construir-se.

Valentín sofre ainda os ferimentos da última sessão de tortura, está faminto e doente. Molina está barbeado, levemente aéreo, rímel nos olhos, gentil, oferece abacate ao companheiro. Valentín recusa, comentando alguma coisa sobre a necessidade de manter incorruptível a disciplina. E não há como rir. É uma seita que ele apresenta. Uma seita que apenas tenta responder mecanicamente, a questões como política, tática, estratégia e justiça social, e, por isto mesmo, sequer se preocupa com outras que dizem respeito a si mesmo como indivíduo. Assim, Valentín não admite seu amor por Marta: ela é burguesa. Embora a ame cada vez mais. Não entende aquele ser, nem homem nem mulher, que se esmera para se impor dentro da cela como um ser humano.

Valentín não entende a opção de Molina. Não entende e não faz questão de entender. Sua postura frente a ele é a de um pré-histórico vendo pela primeira vez o fogo. Acha, como muitos de nós, que o homossexualismo é tão somente o produto de uma sociedade em vésperas de ser destruída. Valentín é um programa, um rol de “palavras de ordem”, uma veia borbulhante da burocracia. Não admite humanidade em Molina. Odeia-o: ele conta como simples história de amor, o filme de propaganda nazista.

Este filme, que de dentro do filme sai, é uma prova de que Babenco não está brincando: sabe exatamente onde quer e como quer chegar. Não a uma simples transposição mecânica de como eram be-

los, saudáveis e esperançosos os soldados da SS em contrapartida aos sinistros e traiçoeiros membros da resistência francesa. Não é isto. É em Valentín que Babenco quer chegar. Valentín se irrita com a calhordice que Molina insiste em contar. Condescende com a alienação, mas acaba pedindo ao companheiro de cela que continue a contar sempre mais para que sua solidão não seja tão grave e tão profunda. Babenco chegou em Valentín.

Onde surge o indivíduo

Mas Valentín ainda terá o definitivo embate. Depois de ter uma violenta cólica, causada pela comida que lhe é servida, vê Molina, que não se enoja limpando suas fezes, lavando suas roupas, fazendo o possível para que seus traços de homem não desapareçam. É um aprendizado duro que pouco a pouco vai descerrando os rótulos e a vida de cada um. Ao final descobrem-se pessoas inteiras, e o beijo entre os dois somente confirmará a possibilidade humana de paixão, amor e respeito entre indivíduos do mesmo sexo. É mais: de amor e revolução como síntese maior.

Molina nega-se a entregar o companheiro e ao sair da prisão faz contato com os revolucionários para engajar-se com eles na luta armada. É o espaço para uma vida digna que seus passos procuram percorrer. Enfim, é o “não se deixar pisar nunca mais” que antes de sair tinha prometido a Valentín.

Morre Molina e vive Molina no coração. Babenco sai vitorioso. Hurt leva nosso país à festa do “Oscar”: “Brazil, saudades!”

A história do homossexual e do revolucionário viaja pelo mundo. Conquista prêmios. Apaixona os suecos, os australianos. Há sete meses mantém lotados cinemas nos Estados Unidos. O homossexual Molina nos fala de coisas sérias que insisti-

mos em esquecer: amor e revolução não são conceitos, mas práticas indissolúveis.

“O meu amigo e eu somos um”

Mas Babenco não foi o primeiro a colocar esta possibilidade como uma dimensão densa e humana

Já na Grécia Antiga a imaginação popular fazia com que seus deuses se apaixonassem indiscriminadamente por mulheres ou jovens mancebos: o deus da luz, Apolo, vendo seu amado Jacinto morrer pelo ciúme de Zéfiro (o vento leste), resolve transformar seu sangue em uma flor: o jacinto que renasceria dali por diante a cada primavera e murcharia, infalivelmente, ao princípio do inverno.

Platão, Sócrates. Os pensadores dessa mesma Grécia tiveram a seu lado amantes homens, assim como também Michelangelo e Leonardo Da Vinci, estes mais próximos de nós.

Existe uma explicação para isto. Subsumida pelo patriarcado, sem nenhuma genialidade aparente, a mulher não podia ser companheira, principalmente de homens com inquietações filosóficas, artistas ou guerreiros. Com parceiros do mesmo sexo, ao que parece, estes homens sentiam-se mais próximos da humanidade, na medida que ao seu lado estava colocando não um submetido mas um constante desafio.

Também na literatura muitos são os exemplos de escritores homossexuais. O mais importante deles, sem dúvida nenhuma, é Shakespeare, cujos sonetos são cantos de amor que um jovem inspira a um homem em idade madura. Para esconder que seu maior escritor era homossexual, a sociedade inglesa recorreu aos maiores delírios e desvarios de lógica e crítica, mas nada fez com que fosse mudada a radical frase do poeta: “O meu amigo e eu somos um”.